



Demonstrações  
Financeiras  
Intercalares

Reportado à  
30 de Junho de 2018

2018

# Demonstrações Financeiras Intrecalares

## para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2018

Este anúncio destina-se a informar os accionistas, investidores, clientes e ao público em geral sobre as contas do Standard Bank relativas ao período de Janeiro à Junho de 2018. O Standard Bank, no cumprimento das suas obrigações de divulgação da situação financeira, conforme o artigo 3 da Circular n.º4/SHC/2007, de 12 de Junho de 2007, do Banco de Moçambique, vem por este meio publicar a informação semestral referente a 30 de Junho de 2018.

A informação está igualmente em observância com o Aviso n.º4/GBM/2007, no que diz respeito à aplicação das normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

(Valores em milhares de Meticais)			
	Nota	Junho 2018	Junho 2017
Juros e rendimentos similares	4	5,771,226	5,434,473
Juros e encargos similares	4	(844,395)	(1,182,112)
<b>Margem financeira</b>		<b>4,926,831</b>	4,252,361
Rendimentos com taxas e comissões	5	762,532	638,911
Gasto com taxas e comissões	5	(11,426)	(11,002)
<b>Resultado com taxas e comissões</b>		<b>751,106</b>	627,909
Resultados de Operações financeiras		1,241,922	1,383,207
Outros proveitos		24,511	-
<b>Resultado Operacionais</b>		<b>6,944,370</b>	6,263,478
Imparidade de crédito	6	(127,528)	(100,940)
<b>Resultados operacionais após perda por imparidade de crédito</b>		<b>6,816,842</b>	6,162,538
Outros gastos operacionais		(2,896,182)	(2,641,025)
<b>Resultado antes de impostos indirectos</b>		<b>3,920,660</b>	3,521,513
Imposto Indirecto		(97,836)	(113,481)
<b>Resultado antes de impostos directos</b>		<b>3,822,825</b>	3,408,033
Imposto Directo		(816,201)	(1,019,827)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>3,006,624</b>	2,388,205

### Balanço do exercício findo em 30 de Junho de 2018

(Valores em milhares de Meticais)			
	Nota	Junho 2018	Dezembro 2017
<b>Activo</b>			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	7	14,997,800	17,085,815
Derivados		13,812	5,662
Activos detidos para negociação	8	1,826,395	-
Activos financeiros	9	31,274,974	29,739,762
Empréstimos e adiantamentos a bancos	10.1	14,439,601	13,792,703
Empréstimos e adiantamentos a clientes	10.2	23,169,021	22,013,208
Outros activos		469,265	340,795
Outros activos tangíveis	11.1	3,255,985	2,877,709
Activos intangíveis	11.2	423,525	334,597
Activo do Fundo de Pensões		160,507	160,507
Activos por impostos diferidos		242,872	60,443
<b>Total do Activo</b>		<b>90,273,757</b>	<b>86,411,202</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital social	12	1,294,000	1,294,000
Reserva legal	13	1,294,000	1,294,000
Outras reservas	14	1,916,180	1,009,209
Resultados transitados	15	13,898,590	13,163,1-83
<b>Total do capital próprio</b>		<b>18,402,771</b>	<b>16,760,392</b>
<b>Passivo</b>			
Derivados		40,068	63,913
Passivos por impostos correntes		54,156	261,911
Recursos de instituições de crédito	16	244,601	529,864
Recursos de clientes		67,075,639	65,729,064
Outros passivos		3,276,926	1,914,338
Empréstimos subordinados		1,072,368	1,081,573
Responsabilidades com a assistência médica pós-reforma		70,146	70,146
Passivos por impostos diferidos		37,083	-
<b>Total do Passivo</b>		<b>71,870,986</b>	<b>69,650,809</b>
<b>Total do capital próprio e dos passivos</b>		<b>90,273,757</b>	<b>86,411,202</b>

### Demonstração das alterações dos capitais próprios exercício findo em 30 de Junho de 2018

	Capital social	Reserva legal	Reserva de reavaliação	Reserva para o plano de acções do grupo	Reserva para riscos gerais de crédito	Outras reservas	Reserva de justo valor – activos disponíveis para venda	Resultados acumulados	Capital Próprio
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2017</b>	<b>1,294,000</b>	<b>1,294,000</b>	-	<b>3,853</b>	<b>1,798,096</b>	<b>(2,208)</b>	<b>(87,556)</b>	<b>7,545,507</b>	<b>11,845,692</b>
Rendimento integral do exercício	-	-	-	-	(700,380)	-	(2,944)	6,312,902	5,609,578
- Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	5,595,286	5,595,286
- Outros rendimentos integrais do exercício	-	-	-	-	(700,380)	-	(2,944)	717,616	14,292
<b>Transacções com acçãoistas registadas directamente em capital próprio</b>	-	-	-	<b>348</b>	-	-	-	<b>(695,226)</b>	<b>(694,878)</b>
- Transacções de pagamento com base em acções e liquidadas	-	-	-	348	-	-	-	-	348
- Transferência de opções de capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Dividendo ordinário	-	-	-	-	-	-	-	(695,226)	(695,226)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>1,294,000</b>	<b>1,294,000</b>	-	<b>4,201</b>	<b>1,097,716</b>	<b>(2,208)</b>	<b>(90,500)</b>	<b>13,163,183</b>	<b>16,760,392</b>
<b>Ajustamento de transição IFRS 9</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>(889,683)</b>	<b>(889,683)</b>
<b>Saldo em 1 Janeiro de 2018</b>	<b>1,294,000</b>	<b>1,294,000</b>	-	<b>4,201</b>	<b>1,097,716</b>	<b>(2,208)</b>	<b>(90,500)</b>	<b>12,273,500</b>	<b>15,870,710</b>
<b>Rendimento integral do exercício</b>	-	-	-	-	-	-	<b>906,965</b>	<b>3,006,624</b>	<b>3,913,589</b>
- Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	3,006,624	3,006,624
- Outros rendimentos integrais do exercício	-	-	-	-	-	-	906,965	-	906,965
<b>Transacções com acçãoistas registadas directamente em capital próprio</b>	-	-	-	<b>6</b>	-	-	-	<b>(1,381,533)</b>	<b>(1,381,527)</b>
Transacções de pagamento com base em acções e liquidadas com capital próprio	-	-	-	6	-	-	-	-	6
Transferência de opções de capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Dividendo ordinário	-	-	-	-	-	-	-	(1,381,533)	(1,381,533)
<b>Saldo em 30 de Junho de 2018</b>	<b>1,294,000</b>	<b>1,294,000</b>	-	<b>4,207</b>	<b>1,097,716</b>	<b>(2,208)</b>	<b>816,465</b>	<b>13,898,590</b>	<b>18,402,771</b>

### Demonstração dos fluxos de caixa - exercício findo em 30 de Junho de 2018

(Valores em milhares de Meticais)			
	Nota	Junho 2018	Junho 2017
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais</b>			
Caixa gerada pelas actividades operacionais	17	<b>(699,391)</b>	(122,926)
Variações nos activos e passivos operacionais	18	<b>(4,323,943)</b>	(5,837,763)
<i>Fluxos de caixa usado em actividades operacionais</i>		<b>(5,023,334)</b>	(5,960,689)
Juro pago		<b>(910,887)</b>	(966,313)
Juro recebido		<b>6,357,422</b>	4,479,121
Imposto pago		<b>(1,121,792)</b>	(707,703)
<i>Fluxo líquido de caixa de actividades operacionais</i>		<b>(698,591)</b>	(3,155,584)
<b>Fluxo de caixa de actividades de investimento</b>			
Aquisição de activos tangíveis		<b>(545,812)</b>	(280,343)
Aquisição de activos intangíveis		<b>(133,228)</b>	(17,133)
Receita da venda de investimentos não cotados		-	-
<b>Fluxo líquido de caixa de actividades de investimento</b>		<b>(679,040)</b>	(297,477)
Fluxo de caixa de actividades de financiamento			
Receita da emissão de obrigações subordinadas		<b>(63,486)</b>	(216,213)
Dividendos pagos		-	(693,154)
<i>Fluxo líquido de caixa de actividades de financiamento</i>		<b>(63,486)</b>	(909,367)
<b>Aumento/(diminuição) em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(1,441,116)</b>	<b>(4,362,427)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		<b>30,878,518</b>	31,403,924
Diferença cambial nos saldos de abertura		-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	19	<b>29,437,402</b>	27,041,497

### 1. Incorporação e actividades

O Standard Bank, SA é um Banco privado constituído em 1967, com sede na Avenida 10 de Novembro no 420, em Maputo. O Banco tem como empresa-mãe e accionista maioritário o Stanbic Africa Holdings Limited, um Banco de investimento constituído no Reino Unido que detém uma participação equivalente a 98.15% do capital. O Stanbic Africa Holdings Limited é uma entidade integralmente detida pelo Standard Bank Group, um Banco de investimento constituído na África do Sul. Os restantes 1,85% do capital do Banco são detidos por accionistas minoritários. O Banco tem por objecto social a realização de actividades de banca comercial e de investimentos, banca de retalho e a prestação de serviços afins.

O accionista maioritário, Stanbic Africa Holdings Limited, adquiriu 5384 acções próprias ordinárias em 19 de Abril de 2018 aumentando a sua participação em 0.01%, de 98.14% para 98.15%..

### 2. Bases de preparação

As demonstrações financeiras apresentadas reflectem os resultados das operações do Banco para o período de seis meses, findo em 30 de Junho de 2018.

As demonstrações financeiras intercalares foram elaboradas de acordo com a Norma Internacional de Relato Financeiro 34 - Relato Financeiro Intercalar (IAS34), pelo que não incluem toda a informação requerida nas demonstrações financeiras anuais.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Meticais, arredondados para a unidade do Metical (MT) mais próxima.

A preparação das demonstrações financeiras requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os valores dos activos, passivos, ganhos e perdas reportados. Os resultados efectivos poderão divergir das estimativas, sendo que os pressupostos em que as estimativas assentam são objecto de análise contínua.

### 3. Políticas Contabilísticas

As políticas contabilísticas são aprovadas pelo Comité de Auditoria, em consulta com o Grupo. As políticas contabilistas aplicadas na elaboração destas Demonstrações Financeiras Intercalares são consistentes com as utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, tendo sido introduzidas as alterações decorrentes da adoção das seguintes normas:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros
- IFRS 15 – Rédito de contrato com clientes

#### 3.1 IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 Instrumentos Financeiros (IFRS 9), com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018, substituiu a IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39). A IFRS 9 introduziu um novo modelo de imparidade baseado em perda de crédito esperado (ECL na sigla inglesa) e novos requisitos de classificação e mensuração de activos financeiros conforme segue:

• A IFRS 9 introduz uma abordagem baseada em princípios para a classificação de activos financeiros onde os activos financeiros, incluindo contratos híbridos, são mensurados ao justo valor através do resultado (FVTPL), justo valor por meio de outros resultados integrais (FVOCI) ou custo amortizado tendo em conta a natureza dos fluxos de caixa dos activos e o modelo de negócios de uma entidade. Essas categorias substituem as classificações do IAS 39 do FVTPL, disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber e detidos até a maturidade. Os investimentos em capital próprio são avaliados pelo FVTPL, a menos que os activos financeiros não sejam detidos para fins de negociação, caso em que uma eleição irrevogável pode ser feita no reconhecimento inicial para mensurar- los no FVOCI, sem subsequente reclassificação para o resultado. Para os passivos financeiros, a maioria dos requisitos preexistentes de classificação e mensuração anteriormente incluídos no IAS 39 mantêm-se inalterados para a IFRS 9. A única alteração refere-se aos passivos financeiros designados pelo justo valor por meio do resultado, sendo as alterações relativas ao risco de crédito próprio reconhecido no outro rendimento integral.

• O modelo de ECL aplica-se a activos financeiros mensurados pelo custo amortizado ou pelo FVOCI, compromissos de empréstimos quando existe um compromisso actual de conceder crédito (a menos que estes sejam mensurados ao justo valor por meio do resultado) e garantias bancárias. A ECL é, no mínimo, obrigada a ser mensurada em um montante igual ao ECL de 12 meses do activo financeiro. Uma provisão para perda de ECL vitalícia é necessária para um activo financeiro se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

• O Banco adoptou retrospectivamente a IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018 com um ajustamento nos saldos de abertura dos capitais próprios em 1 de janeiro de 2018 e, conforme permitido pelo IFRS 9, não alterou os seus resultados financeiros comparativos. Consequentemente, os resultados financeiros anteriormente reportados do banco até 31 de dezembro de 2017 são apresentados de acordo com os requisitos da IAS 39 e de 2018 e os futuros períodos de relato serão apresentados nos termos da IFRS 9.

O impacto nas demonstrações financeiras da aplicação do modelo de imparidade de perda esperada conforme previsto IFRS 9 sobre os saldos de abertura dos capitais próprios (líquido de impostos) capitais próprios do banco em 1 de Janeiro de 2018 foi de 889 682 milhares de meticais conforme ilustrado do balanço a seguir:



Impacto no Balanço do banco a 1 de Janeiro 2018

	IAS 39 31-Dec-17	IFRS 9 Ajustamentos de transição a 1 Janeiro 2018			IFRS9 1 Janeiro 2018
		IFRS 9 ECL	IFRS 9 Classificação e Mensuração -	Total	
<b>Activos</b>					
Caixa e disponibilidades no Banco Central	17,085,815	-	-	-	17,085,815
Activos financeiros	29,739,762	(546,225)	-	(546,225)	29,193,537
Empréstimos e adiantamentos a bancos	13,792,703	-	-	-	13,792,703
Empréstimos e adiantamentos a clientes	13,792,703	(246,850)	-	(246,850)	13,545,854
Outros activos	12,000,218	-	-	-	12,000,218
<b>Total dos Activos</b>	<b>86,411,202</b>	<b>(793,075)</b>	-	(793,075)	<b>85,618,127</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>16,760,392</b>	-	-	(889,682.54)	<b>15,870,710</b>
Capital social	1,294,000	-	-	-	1,294,000
Reserva legal	1,294,000	-	-	-	1,294,000
Outras reservas	1,009,209	-	-	-	1,009,209
Resultados transitados	13,163,183	-	-	(889,683)	12,273,500
Total do Passivo	69,650,809	96,608	-	96,608	69,747,417
Recursos de clientes	65,729,064	-	-	-	65,729,064
Outros passivos	3,921,746	96,608	-	96,608	4,114,961
<b>Total do capital próprio e dos passivos</b>	<b>86,411,202</b>	<b>96,608</b>	-	96,608	<b>85,618,127</b>

A base de mensuração da ECL de um activo financeiro inclui a avaliação sobre se houve um aumento significativo no risco de crédito na data do balanço, que inclui informações prospectivas disponíveis na data do balanço sobre eventos passados, condições actuais e previsões das condições económicas futuras. A base de mensuração da ECL, apresentada na tabela a seguir, segue uma abordagem imparcial e baseia-se na probabilidade média ponderada de uma série de resultados possíveis, o valor do dinheiro no tempo e nas informações prospectivas.

Estágio 1	Uma ECL de 12 meses é calculada para activos financeiros que não se deterioraram significativamente em qualidade de crédito desde o reconhecimento inicial ou que tenham um baixo risco de crédito.
Estágio 2	Uma ECL vitalícia é calculada para os activos financeiros que tenham demonstrado um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial e que não sejam considerados créditos de baixo risco.
Estágio 3 (Activos com imparidade)	Uma ECL vitalícia é calculada para activos financeiros que tenham evidência objetiva de imparidade Os seguintes critérios são usados para determinar a existência de imparidade em activos financeiros: • Incumprimento dos pagamentos contratuais • Dificuldades financeira significativa do mutuário e / ou modificação • Probabilidade de falência ou reorganização financeira • Desaparecimento de um mercado activo devido a dificuldades financeiras

3.2 IFRS 15 – Rédito de Contratos com clientes

A IFRS 15 - Rédito de Contratos com Clientes (IFRS 15), com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018, substitui as actuais normas sobre reconhecimento de proveitos e interpretações relacionadas. A norma estabelece os requisitos para reconhecimento de proveitos relativos á todos os contratos com clientes (excepto contratos que estão dentro do âmbito das normas relacionadas com contratos de arrendamento mercantil, contractos de seguros ou instrumentos financeiros).

O principal princípio da norma é que a receita reconhecida reflicta a consideração a que a empresa espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços prometidos para o cliente.

A norma incorpora a metodologia das 5 etapas para determinar o valor e o cronograma do reconhecimento de receita.

O banco adotou o IFRS 15 em 1 de janeiro de 2018 e, conforme permitido pela IFRS 15, não reapresentou seus resultados financeiros comparativos. A norma não se aplica à receita associada a instrumentos financeiros e, portanto, não afeta a maioria da receita do banco.

(Valores em milhares de Meticais)		
	Junho 2018	Junho 2017
<b>4 Margem financeira</b>		
<i>Juros e rendimentos similares</i>		
Operações do Mercado monetário	3,609,270	2,676,810
Empréstimos e adiantamentos	2,137,762	2,650,994
Títulos de investimento	24,195	106,670
	5,771,226	5,434,473
<i>Juros e encargos similares</i>		
Depósitos de bancos e clientes	(599,098)	(661,927)
Depósitos no mercado monetário	(119,206)	(352,449)
Obrigações	(126,092)	(167,736)
	(844,395)	(1,182,112)
<b>5 Rendimentos com taxas e co-missões</b>		
Rendimentos com taxas e comissões		
Taxas de pagamentos e transacções	365,930	315,402
Taxas de documentação e custos administrativos	58,685	74,918
Taxas de serviço	337,918	248,591
	762,532	638,911
Gastos com taxas e comissões		
Taxas de cartões de crédito	(4,805)	(5,773)
Outras Comissões	(6,621)	(5,229)
	(11,426)	(11,002)

Todas as comissões reportadas acima referem-se a activos ou passivos financeiros não mensurados ao valor justo através de resultados.

	Junho 2018	Junho 2017
<b>6 Imparidade de Crédito</b>		
Imparidade de Credito (IAS 39) <sup>1</sup>	-	(113,711)
Imparidade de empréstimos em cumprimento	-	22,596
Imparidade específica de empréstimos em incumprimento	-	(136,308)
<i>ECL - Activos Financeiros</i>	<b>45,194</b>	
Estágio 1	44,884	
Estágio 2	311	
Estágio 3	-	
<i>ECL - Empréstimos e adiantamentos</i>	<b>35,323</b>	
Estágio 1	44,790	
Estágio 2	102,606	
Estágio 3	(112,073)	
<i>ECL - Cartas de Crédito e garantias bancárias</i>	<b>(221,045)</b>	
Estágio 1	(217,634)	-
Estágio 2	(3,411)	-
Estágio 3	-	-
<i>Recuperações</i>	<b>13,000</b>	12,771
Activos Financeiros	-	-
Empréstimos e adiantamentos	13,000	12,771
<b>Total</b>	<b>(127,528)</b>	(100,940)
(Valores em milhares de Meticais)		
	Junho 2018	Dezembro 2017
<b>7 Caixa e disponibilidades no Banco Central</b>		
Saldos de caixa	1,566,467	1,446,415
Depósitos no Banco de Moçambique	13,431,333	8,485,236
	14,997,800	9,931,651

O depósito detido no Banco de Moçambique inclui um saldo restrito para permitir que o Banco possa satisfazer os requisitos das reservas obrigatórias, que corresponde a um mínimo de 14% do total dos depósitos em moeda nacional e 22% do total dos depósitos em moeda estrangeira, nos termos do Aviso nr. 12/GBM/2017, emitido em 08 de Junho de 2017, e de acordo com as actualizações do Banco Central. As reservas obrigatórias não rendem juros. Os saldos de caixa representam as notas e moedas detidas no final do período.

8 Activos detidos para negociação

Os instrumentos negociáveis comportam os Bilhetes do Tesouro que são adquiridos com o propósito de obter ganhos a curto-prazo.

Estes activos são classificados como instrumentos detidos para negociação.

	Junho 2018	Dezembro 2017
<b>Bilhetes do Tesouro</b>		
Emitidos pelo Governo	1,826,395	-
	1,826,395	-
<b>9 Activos financeiros disponíveis para venda</b>		
<b>Obrigações do Tesouro</b>		
Obrigações do Governo (OT 2013 Série III)	-	-
Obrigações do Governo (OT 2014 Série VI)	-	-
Obrigações do Governo (OT 2014 Série VII)	-	-
Obrigações do Governo (OT 2015 Série I)	-	-
Obrigações do Governo (OT 2015 Série II)	7,121	8,787
Obrigações do Governo (OT 2015 Série III)	-	-
Obrigações do Governo 2015 (IVA)	-	-
Obrigações do Governo 2017 (OT 2017 Série I)	86,453	113,627
<b>Bilhetes do Tesouro</b>		
Emitidos pelo Governo de Moçambique	31,897,184	29,575,053
	31,990,758	29,697,467
<b>Investimentos em capital próprio não cotados</b>		
SIMO	41,173	41,173
Interbancos SARL	-	-
Parque Industrial da Matola (PIM)	1,121	1,121
	42,294	42,294
<b>Total</b>	<b>32,033,052</b>	29,739,762
<i>ECL -Ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI)</i>		
Estágio 1	(757,928)	-
Estágio 2	(150)	-
Estágio 3	-	-
<b>Activos financeiros líquidos</b>	<b>31,274,974</b>	29,739,762

<sup>1</sup> O Banco, conforme permitido pelo IFRS 9, optou por não alterar suas demonstrações financeiras comparativas. O banco alinhou suas categorias de activos financeiros divulgados no exercício de 2017 aos divulgados para o primeiro semestre 2018. Tal não resultou numa reformulação da demonstração da posição financeira do banco em 31 de dezembro de 2017.



O seu negócio no centro das nossas atenções

CENTRO DE NEGÓCIOS 94000

Entendemos que precisa de dedicar mais tempo ao seu negócio para que continue a crescer. Por isso, com o Centro de Negócios pode realizar as suas operações bancárias sem precisar de se deslocar ao balcão. Temos uma equipa experiente, especializada e dedicada a si, de segunda a sexta-feira das 8h00 às 20h00 e aos sábados até às 12h00.

Quer abrir uma conta, solicitar um financiamento, aderir a seguros para a sua empresa ou para seus colaboradores? Ligue grátis para 94000.

Standard Bank Seguindo em Frente



# Demonstrações Financeiras Intrecalares

para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2018

(Valores em milhares de Meticais)

	Junho 2018	Dezembro 2017 <sup>1</sup>
<b>10</b>	<b>Empréstimos e adiantamentos</b>	
<b>10.1</b>	<i>Empréstimos e adiantamentos a bancos</i>	
	Contas correntes	3,612,4803,644,317
	Depósitos a prazo	11,104,32210,148,387
	<b>Total</b>	<b>14,716,80213,792,703</b>
	<i>ECL - Ao Custo amortizado</i>	
	Estágio 1	(276,153)-
	Estágio 2	(1,047)-
	Estágio 3	-
<b>10.2</b>	<b>Empréstimos e adiantamentos a bancos líquidos</b>	<b>14,439,60113,792,703</b>
	<i>Empréstimos e adiantamentos a clientes</i>	
	Empréstimos em cumprimento	
	Moeda local	15,594,19613,072,338
	Moeda estrangeira	8,377,8349,496,938
	<b>Total</b>	<b>23,972,03022,569,276</b>
	<i>Empréstimos em incumprimento</i>	
	Moeda local	842,6111,001,118
	Moeda estrangeira	89,055132,088
	<b>Total</b>	<b>931,6661,133,206</b>
	<b>Total</b>	<b>24,903,69623,702,482</b>
	Provisões para imparidade <sup>2</sup>	
	Imparidade da carteira	-(879,307)
	Imparidade específica	-(809,967)
	<i>ECL - Ao Custo amortizado</i>	
	Estágio 1	(223,276)-
	Estágio 2	(811,195)-
	Estágio 3	(700,205)-
	<b>Empréstimos e adiantamentos líquidos de clientes</b>	<b>23,169,02122,013,208</b>

<sup>1</sup> O Banco, conforme permitido pelo IFRS 9, optou por não alterar suas demonstrações financeiras comparativas. O banco alinhou suas categorias de empréstimos e adiantamentos divulgados no exercício de 2017 aos divulgados para o primeiro semestre 2018. Tal não resultou numa reformulação da demonstração da posição financeira do banco em 31 de dezembro de 2017.

<sup>2</sup> O Banco, conforme permitido pelo IFRS 9, optou por não alterar as suas demonstrações financeiras comparativas. Portanto, a comparabilidade não será alcançada pelo facto de as informações financeiras comparativas terem sido preparadas segundo a IAS 39.

	Junho 2018	Dezembro 2017
<b>10.3</b>	<b>Empréstimos e adiantamentos</b>	
	<b>Análise sectorial</b>	
	Agricultura, caça, silvicultura e pescas	821,9771,044,219
	Mineração e Pedreiras	390,9301
	Hotéis, restaurantes e turismo	71010,155
	Indústria transformadora	4,503,1382,054,376
	Construção	206,900252,785
	Electricidade, gás e água	10,4519,427
	Transporte, Armazenamento e Distribuição	662,1072,578,572
	Comunicação	337,341636,618
	Intermediários Financeiros e Seguros	1,264,882666,383
	Comércio a grosso e a retalho/ Reparação de itens específicos	3,451,7414,500,243
	Serviços às Empresas	116,153594
	Indústria Imobiliária	1,303,4211,401,558
	Infraestruturas	5,410,1733,944,619
	Outros	6,423,7716,602,935
	<b>Total</b>	<b>24,903,69623,702,482</b>



## 11.1 Outros activos tangíveis

Os movimentos da rubrica de Outros activos tangíveis, durante o primeiro semestre de 2018 são analisados como segue:

(Valores em milhares de Meticais)

	Edifícios	Equipamento	Veículos	Mobiliário e outros equipamentos	Investimento em curso	Total
Saldo de Abertura	1,698,356	492,942	27,484	405,946	252,981	2,877,709
Reavaliação	-	-	-	-	-	-
Adições	1,227	38,112	-	1,993	504,480	545,812
Transferências	-	36,546	-	2,554	(20,524)	18,575
Abates	-	(2,094)	-	-	-	(2,094)
Depreciações	(29,725)	(104,182)	(6,826)	(43,284)	-	(184,017)
<b>Valor contabilístico em 30 de Junho de 2018</b>	<b>1,669,858</b>	<b>461,324</b>	<b>20,657</b>	<b>367,208</b>	<b>736,937</b>	<b>3,255,985</b>
Custo	2,084,716	1,209,102	99,893	736,474	736,937	4,867,123
Depreciações acumuladas	(414,858)	(747,778)	(79,236)	(369,266)	-	(1,611,137)
<b>Valor contabilístico em 30 de Junho de 2018</b>	<b>1,669,858</b>	<b>461,324</b>	<b>20,657</b>	<b>367,208</b>	<b>736,937</b>	<b>3,255,985</b>

## 11.2 Outros activos intangíveis

Os movimentos da rubrica de Outros activos intangíveis, durante o primeiro semestre de 2018 são analisados como segue:

(Valores em milhares de Meticais)

Saldo de abertura	334,597
Adições	133,228
Transferências	(18,575)
Amortização	(25,726)
<b>Valor contabilístico em 30 de Junho de 2018</b>	<b>423,525</b>
Custo	608,695
Amortização acumulada	(185,170)
<b>Valor contabilístico em 30 de Junho de 2018</b>	<b>423,525</b>

(Valores em milhares de Meticais)

	Junho 2018	Dezembro 2017
<b>12</b>	<b>Capital social</b>	
<b>12.1</b>	<i>Autorizado</i>	
	258 800 000 acções ordinárias de MT 5 cada	1,294,0001,294,000
<b>12.2</b>	<b>Emitido e pago integralmente</b>	
	258 800 000 acções ordinárias de MT 5 cada	1,294,0001,294,000
	Todas as acções estão igualmente qualificadas para o pagamento de dividendos.	
<b>13</b>	<b>Reserva legal</b>	
	No início do ano	1,294,0001,294,000
	Transferências durante o ano	-
	<b>Total</b>	<b>1,294,0001,294,000</b>
<b>14</b>	<b>Outras reservas</b>	
	Plano de acções do grupo	4,2073,853
	Reserva para riscos gerais de crédito	1,097,7151,798,096
	Reserva de reavaliação dos activos disponíveis para venda	816,465(87,556)
	Reverva de conversão cambial	-
	Outras reservas	(2,208)(2,208)
	<b>Total</b>	<b>1,916,1791,712,186</b>
<b>15</b>	<b>Resultados acumulados</b>	
	No início do período	13,163,1837,545,507
	Resultado líquido do período	3,006,6245,595,286
	Dividendos declarados	(1,381,533)(695,226)
	Remensuração do fundo de pensões	-32,369
	Remensuração de assistência médica	-(15,133)
	Transferências líquidas durante o período	-700,380
	<b>Total</b>	<b>14,788,27313,163,183</b>
<b>16</b>	<b>Recursos de clientes</b>	
	<i>À ordem</i>	
	Em moeda local	27,578,40030,236,945
	Em moeda estrangeira	29,909,39226,948,286
	<b>Total</b>	<b>57,487,79357,185,230</b>
	<i>A prazo</i>	
	Em moeda local	7,845,7986,569,845
	Em moeda estrangeira	1,742,0481,973,988
	<b>Total</b>	<b>9,587,8468,543,833</b>
	<b>Total</b>	<b>67,075,63965,729,064</b>

(Valores em milhares de Meticais)

	Junho 2018	Dezembro 2017
<b>17</b>	<b>Caixa gerada pelas actividades operacionais</b>	
	Lucro antes de impostos	3,920,6603,521,513
	Ajustamentos para itens não monetários e outros ajustamentos incluídos na demonstração do resultado:	
	Depreciação	184,017160,218
	Amortização	25,7262,370
	Imparidade líquida	127,528100,940
	Justo valor de activos detidos para negociação	(590)3,516
	Justo valor de derivados	(31,996)338,261
	Perdas em alienações	2,0942,617
	Juros e rendimentos similares	(5,771,226)(5,434,473)
	Juros e encargos similares	844,3951,182,112
	<b>Caixa gerada pelas actividades operacionaiss</b>	<b>(699,391)(122,926)</b>

(Valores em milhares de Meticais)

	Junho 2018	Junho 2017
<b>18</b>	<b>Variações nos activos e passivos operacionais</b>	
	<i>Passivos</i>	
	Recursos de instituições de crédito	1,413,06625,961
	Recursos de clientes	(285,262)(4,999,065)
	Outros passivos	(51,661)(1,873,895)
	Passivos detidos para negociação	-
	<b>Aumento dos passivos operacionais</b>	<b>1,076,143(6,846,999)</b>
	<i>Activos</i>	
	Activos financeiros	(1,555,805)(4,853,288)
	Activos detidos para negociação	(1,825,805)(1,466,297)
	Empréstimos e adiantamentos a clientes	(1,707,578)7,440,413
	Outros activos	(310,899)(111,593)
	<b>Diminuição de activos operacionais</b>	<b>(5,400,086)1,009,236</b>
	<b>Variações líquidas nos activos e passivos operacionais</b>	<b>(4,323,943)(5,837,763)</b>
<b>19</b>	<b>Reconciliação de caixa e equivalentes de caixa</b>	
	Caixa e disponibilidades no Banco Central (nota 7)	14,997,8009,931,651
	Empréstimos e adiantamentos a Bancos (nota 10.1)	14,439,60117,109,846
	<b>Total</b>	<b>29,437,40227,041,497</b>

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007  
MODELO III  
Balanço - Contas Individuais (Activo)

30 de Junho de 2018						
	Rubricas	Notas / Quadros anexos	Ano		Junho 2018	Dezembro 2017
			Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor Líquido	Valor Líquido
10 + 3300	Activo Caixa e disponibilidades em bancos centrais		14,997,800		14,997,800	10,222,327
11 + 3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito		3,612,480		3,612,480	4,504,400
153 (1) + 158 (1) + 16	Activos financeiros detidos para negociação		1,826,395		1,826,395	1,969,955
153 (1) + 158 (1) + 17	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados					
154 + 158 (1) + 18 + 34888 (1) - 53888 (1)	Activos financeiros disponíveis para venda		31,232,680		31,232,680	20,026,719
13 + 150 + 158 (1) + 159 (1) + 3303 + 3310 (1) + 3408 (1) - 350 - 3520 - 5210 (1) - 5300	Aplicações em instituições de crédito		11,104,322		10,827,122	11,103,817
14 + 151 + 152 + 158 (1) + 3304 + 3310 (1) + 34000 + 34008 - 3510 - 3518 - 35210 - 35211 - 5210 (1) - 53010 - 53018	Crédito a Clientes		24,835,564	1,734,675	23,100,889	22,717,549
156 + 158 (1) + 159 (1) + 22 + 3307 + 3310 (1) + 3402 - 355 - 3524 - 5210 (1) - 5303	Investimentos detidos até à maturidade					
155 + 158 (1) + 159 (1) + 20 + 3306 + 3310 (1) + 3408 (1) - 354 - 3523 - 5210 (1) - 5308 (1)	Activos com acordo de recompra					
21	Derivados de cobertura		13,812		13,812	9269,76413
25 - 3580	Activos não correntes detidos para venda					
26 - 3581 (1) - 360 (1)	Propriedades de investimento					
27 - 3581 (1) - 360 (1)	Outros activos tangíveis		4,681,953	1,425,967	3,255,985	2,822,716
29 - 3583 - 361	Activos intangíveis		608,695	185,170	423,525	112,629
24 - 357	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					
300	Activos por impostos correntes					
301	Activos por impostos diferidos		242,872		242,872	104,510
12 + 157 + 158 (1) + 159(1) + 31 + 32 + 3302 + 3308 + 3310 (1) + 338 + 3408 (1) + 348 (1) - 3584 - 3525 + 50 (1) (2) - 5210 (1) - 5304 - 5308 (1) + 54 (1) (3)	Outros Activos		672,786		672,786	533,324
	Total de activos		93,829,357	3,345,812	90,206,345	74,127,214

- (1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.  
(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivos se tiver saldo credor.  
(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007  
MODELO III (PASSIVO)  
Balanço - Contas Individuais (Passivo)

30 de Junho 2018				
	Rubricas	Notas / Quadros anexos	Junho 2018	Dezembro 2017
	Passivo			
38 - 3311 (1) - 3410 + 5200 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de bancos centrais		0	
43 (1)	Passivos financeiros detidos para negociação		0	
43 (1)	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		0	
39 - 3311 (1) - 3411 + 5201 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de outras instituições de crédito		249,969	29,293
40 + 41 - 3311 (1) - 3412 - 3413 + 5202 + 5203 + 5211 (1) + 5310 + 5311	Recursos de clientes e outros empréstimos		63,048,050	53,996,976
42 - 3311 (1) - 3414 + 5204 + 5211 (1) + 5312	Responsabilidades representadas por títulos			
44	Derivados de cobertura		40,068	295,637
45	Passivos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas			
47	Provisões		1,135,283	946,818
490	Passivos por impostos correntes		54,156	663,725
491	Passivos por impostos diferidos		37,083	0
481 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Instrumentos representativos de capital			
480 + 488 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Outros passivos subordinados		1,072,368	1,106,346
51 - 3311 (1) - 3417 - 3418 + 50 (1) (2) + 5207 + 5208 + 5211 (1) + 528 + 538 - 5388 + 5318 (1) + 54 (1) (3)	Outros passivos		4,785,064	3,295,177
	Total de Passivo		70,422,040	60,333,972
	Capital			
55	Capital		1,294,000	1,294,000
602	Prémios de emissão			
57	Outros instrumentos de capital (Acções próprias)			
58 + 59	Reservas de reavaliação		56,180	-55,547
60 - 602 + 61	Outras reservas e resultados transitados		15,427,501	9,828,531
64	Resultado do exercício		3,006,624	2,726,259
- 63	(Dividendos antecipados)			
	Total de Capital		19,784,304	13,793,242
	Total de Passivo + Capital		90,206,345	74,127,214

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007  
MODELO IV  
Demonstração de Resultados - Contas Individuais

30 de Junho 2018				
	Rubricas	Notas / Quadros anexos	Junho 2018	Dezembro 2017
79 + 80	Juros e rendimentos similares		5,771,226	6,406,907
66 + 67	Juros e encargos similares		844,395	1,447,728
	Margem financeira		4,926,831	4,959,179
82	Rendimentos de instrumentos de capital			
81	Rendimentos com serviços e comissões		751,104	697,764
68	Encargos com serviços e comissões		-4,805	-6,602
- 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698 - 69900 - 69910 + 832 + 833 + 835 (1) + 836 (1) + 838 + 83900 + 83910	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados			
- 694 + 834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda			
- 690 + 830	Resultados de reavaliação cambial		1,238,253	1,537,035
- 691 - 697 - 699 (1) - 725 (1) - 726 (1) + 831 + 837 + 839 (1) + 843 (1) + 844 (1)	Resultados de alienação de outros activos		-2,096	-3,940
- 695 (1) - 696 (1) - 69901 - 69911 - 75 - 720 - 721 - 725 (1) - 726 (1) - 728 + 835 (1) + 836 (1) + 83901 + 83911 + 840 + 843 (1) + 844 (1) + 848	Outros resultados de exploração		-176,549	-252,874
	Produto bancário		6,732,738	6,930,562
70	Custos com pessoal		1,671,515	1,823,841
71	Gastos gerais administrativos		925,939	921,505
77	Amortizações do exercício		184,017	188,769
784 + 785 + 786 + 788 - 884 - 885 - 886 - 888	Provisões líquidas de reposições e anulações		914	13,094
760 + 7610 + 7618 + 7620 + 76210 + 76211 + 7623 + 7624 + 7625 + 7630 + 7631 + 765 + 766 - 870 - 8720 - 8710 - 8718 - 87210 - 87211 - 8723 - 8724 - 8726 - 8730 - 8731 - 875 - 876	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		127,528	119,249
768 + 769 (1) - 877 - 878	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações			
	Resultados antes de impostos		3,822,825	3,864,104
65	Impostos Correntes		817,377	1,225,318
74 - 86	Diferidos		-1,176	-87,472
640	Resultados após impostos		3,006,624	2,726,259
- 72600 - 7280 + 8480 + 84400	Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas			

- (1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.



“Como podemos fazer crescer Moçambique?”

“Com um projecto sólido e sustentável”

Credor Comercial  
 Agente Facilitador de Risco de Crédito não Coberto  
 Agente Local das Garantias do Financiamento  
 Banco Transaccional Local



O objectivo de Moçambique em ser um importante produtor de gás natural está a tornar-se uma realidade, com a construção de uma plataforma flutuante de GNL (Gás Natural Liquefeito). Com base na nossa experiência no sector de petróleo e gás em África, foi possível apoiar o financiamento deste projecto inovador em Moçambique. O compromisso dos financiadores e o nosso profundo conhecimento da realidade moçambicana, traz novas oportunidades e enormes benefícios para as nossas comunidades. Somos o parceiro certo para fazer Moçambique crescer e seguir em frente, neste continente que chamamos de nossa casa.

[standardbank.co.mz](http://standardbank.co.mz)

Standard Bank Seguindo em Frente™





# Relatório de Disciplina de Mercado

Reportado à  
30 de Junho de 2018

# 2018

# RELATÓRIO DE DISCIPLINA DE MERCADO

## 1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O banco identifica, mensura, controla e mitiga os principais riscos de forma a que se possa posicionar para mitigar de forma efectiva os seus efeitos dentro da apetência pelo risco, criando parâmetros que permitam um equilíbrio entre este e o retorno esperado.

A gestão do risco é supervisionada pela Direcção de Gestão do Risco, de acordo com as políticas definidas pelo Conselho de Administração, sendo que os principais riscos, incluindo as subcategorias de riscos, a que o banco se encontra exposto, com maior relevância para a sua actividade são o risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, risco operacional e risco de negócio.

O risco de crédito consome a maior parte do capital regulamentar do banco e, como tal, representa a maior fonte de risco ao qual o Standard Bank está exposto. Neste contexto, o risco de crédito recebe, por parte da gestão do banco, um alto nível de atenção, sendo que recursos suficientes são alocados para garantir que o risco seja mitigado. A definição de limites operacionais de crédito a níveis muito granulares dentro da carteira, permite aos gestores de crédito identificarem tendências negativas atempadamente e colocar em prática as devidas medidas de mitigação.

Na categoria do risco operacional, um especial destaque vai para o risco de ataques cibernéticos (acontecimento externo) que, têm actualmente ganhado maior relevância no sistema financeiro moçambicano, com relatos cada vez mais frequentes de incidentes de fraude afectando as contas dos clientes, com elevado impacto negativo a nível dos resultados, bem como a nível reputacional. Como forma de mitigar estas ameaças ou riscos cibernéticos, o banco estabeleceu um fórum cibernético que se reúne regularmente e é composto por uma equipe multidisciplinar, que presta contas ao Comité de Gestão de Risco e à Comissão de Risco do Conselho de Administração.

No âmbito do risco de negócio, reconhecendo que as actividades e eventos externos relacionados com o banco desempenham um papel importante na forma como são percebidos pelas partes interessadas, o banco estabeleceu uma equipa de gestão de crise, bem como ferramentas de monitoria e recursos humanos que detectam todas as publicidades negativas ou ilegítimas sobre o Standard Bank.

Em adição aos requisitos mínimos regulamentares, o Standard Bank mantém uma margem de capital que é fixada tendo em consideração todos os seus riscos relevantes, a forma como estes riscos são geridos e mitigados e os resultados dos testes de esforço. A margem de capital serve para assegurar que o Standard Bank tenha capital suficiente para suportar perdas graves que possam surgir num cenário de esforço, tendo em conta todos os riscos relevantes.

Como tal, a gestão de risco do Standard Bank é considerada apropriada e responde aos requisitos de gestão efectiva de risco, tendo uma base assente na mitigação e prevenção de eventuais despoletadores de risco, que possam expor o banco à uma situação de deterioração da sua posição de capital e liquidez e, consequentemente, comprometer a sustentabilidade do negócio.

## 2. INTRODUÇÃO

Cumprindo com o estabelecido pelo Aviso nº 16/GBM/2017, de 30 de Junho de 2017, do Banco de Moçambique, e em conjugação com os critérios definidos pelo pilar 3 do Acordo de Basileia II, o presente Relatório de Disciplina de Mercado, reportado a 30 de Junho de 2018, visa divulgar informação detalhada sobre a solvabilidade e a gestão do risco do Standard Bank, S.A. (doravante designado Standard Bank ou o banco).

Este documento foi elaborado em conformidade com os requisitos mínimos de divulgação constantes do anexo do normativo acima referido, sendo que os valores se encontram expressos em milhares de meticais.

## 3. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração supervisiona a preparação e apresentação das demonstrações financeiras do Standard Bank, que compreendem a demonstração da situação financeira, demonstração de resultados, demonstração de alterações de fundos próprios e demonstração de fluxos de caixa.

Em relação à informação apresentada neste Relatório de Disciplina de Mercado reportado à 30 de Junho de 2018, o Conselho de Administração certifica que foram desenvolvidos todos os procedimentos considerados necessários e que tanto quanto é do seu conhecimento, toda a informação divulgada é verdadeira e fidedigna, assegurando a qualidade de toda a informação divulgada.

O Conselho de Administração compromete-se a divulgar quaisquer alterações significativas que ocorram no decorrer do exercício subsequente àquele a que este relatório se refere.

Não se verificou nenhum evento relevante durante o período entre o termo do exercício a que este relatório da Disciplina de Mercado se refere e a data da sua publicação.

## 4. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

O Standard Bank, S. A. é um banco privado, constituído em Moçambique, que se rege pela lei Moçambicana. Tem a sua sede na Avenida 10 de Novembro, nº 420, em Maputo e está registado na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob o nº 4179 e no Banco de Moçambique como uma instituição financeira.

O banco tem como empresa-mãe e accionista maioritário o Stanbic Africa Holding Limited, com 98.15% das acções. O Stanbic Africa Holding Limited é uma subsidiária integralmente detida pelo Standard Bank Group, um banco de investimento constituído na África do Sul. Os restantes accionistas minoritários detêm 1,85% do banco. O accionista maioritário, Stanbic Africa Holding Limited, adquiriu 5384 acções próprias ordinárias em 19 de Abril de 2018, aumentando a sua participação em 0.01%, de 98.14% para 98.15%

O capital social do Standard Bank está representado por 258.800.000 acções ordinárias de 5 Meticais cada, que correspondem a 1.294.000.00 milhares de meticais, encontrando-se integralmente subscrito e realizado.

No âmbito do seu objecto, o Standard Bank desenvolve actividades da banca comercial, banca de investimentos e presta serviços afins.

## 5. GESTÃO DE RISCO NO STANDARD BANK

As actividades do Standard Bank expõem a instituição a riscos de diversa ordem, sendo que essas actividades exigem análise, avaliação, aceitação e gestão de certo grau de risco ou combinação de riscos. Assumir riscos é importante na actividade dos serviços financeiros e, os riscos de índole operacional são uma consequência do exercício da actividade. O objectivo do banco é de alcançar um equilíbrio entre risco e o retorno esperado.

Pela sua natureza, a actividade bancária está basicamente relacionada com a utilização dos instrumentos financeiros. O banco arrecada depósitos de clientes por diferentes períodos, com taxas fixas ou variáveis, tentando de seguida obter margens de juro ao aplicar esses fundos em activos de boa qualidade.

As políticas de gestão de risco do Standard Bank têm em vista permitir a identificação, avaliação e análise dos riscos, estabelecer limites e controlos de risco apropriados por forma a assegurar que os mesmos se encontrem em níveis aceitáveis mediante utilização de sistemas de informação fiáveis e atualizados. O banco efectua uma revisão periódica das suas políticas de gestão de risco, assim

como dos sistemas em uso, por forma a ter em consideração as alterações ocorridas no mercado e nas práticas de boa governação.

A gestão do risco é supervisionada pela Direcção de Gestão do Risco, de acordo com as políticas definidas pelo Conselho de Administração. Esta Direcção identifica e avalia os riscos financeiros em colaboração com as demais unidades operacionais da instituição. O Conselho de Administração providencia orientações e políticas para a gestão do risco.

A função da Auditoria Interna funciona com base em planos de auditoria, que têm em consideração os graus de risco. Esta é responsável pela revisão independente da gestão de risco e assegura a verificação do bom funcionamento dos sistemas de controlo interno e recomenda melhorias.

O Comité de Auditoria Interna, um órgão que reporta à Assembleia Geral, juntamente com os auditores internos e externos, tem um papel relevante em matérias de controlo interno e financeiro, prestação e divulgação de informação, assim como assegura a existência e cumprimento das normas de conformidade.

De entre os diferentes tipos de risco a que o banco está exposto, os mais relevantes são o risco de crédito, o risco de mercado, o risco de liquidez, o risco operacional e o risco de negócio:

- **Risco de crédito:** é o risco de perdas decorrentes do incumprimento por contrapartes das suas obrigações financeiras ou contratuais nas suas datas de vencimento. Este inclui o risco do país e risco de concentração.

- **Risco de mercado:** definido como sendo a possibilidade de alteração do valor de mercado, dos proveitos correntes ou efectivos ou dos fluxos de caixa futuros de uma carteira de instrumentos financeiros, incluindo mercadorias, causada por movimentos adversos em variáveis de mercado, tais como os preços de acções, obrigações e mercadorias, taxas de câmbio e taxas de juro, margens de crédito, taxas de recuperação, correlações e volatilidades implícitas em todas estas variáveis. Ele inclui, como tal, o risco cambial e o risco da taxa de juro da carteira bancária.

- **Risco de liquidez:** é definido como o risco que o banco, embora solvente em termos de balanço, não consiga manter ou gerar recursos de caixa suficientes para fazer face às suas obrigações de pagamento integralmente e nas respectivas datas de vencimento ou só o consiga fazer em condições claramente desvantajosas. Verifica-se uma incapacidade para manter ou gerar recursos de caixa suficientes quando contrapartes que disponibilizam fundos ao banco os retiram ou não os renovem ou quando se verificam perturbações generalizadas nos mercados de activos que transformem activos normalmente líquidos em activos ilíquidos.

- **Risco operacional:** é o risco de perdas em consequência de processos que falharam ou que sejam inadequados, de questões relacionadas com pessoas, sistemas internos ou acontecimentos externos. Compreende o risco da informação, o risco legal, o risco de conformidade e o risco de crime financeiro. O risco estratégico, o risco reputacional e o risco de negócio não são cobertos pela definição, no entanto, os efeitos de eventos de risco operacional na reputação são considerados para efeitos de informação de gestão.

- **Risco de negócio:** é o risco de perdas, normalmente decorrentes de estruturas de custos inflexíveis ou de ineficiências, devido a condições operacionais adversas causadas por pressões induzidas pelo mercado, tais como uma redução da procura, um aumento da concorrência ou aumentos de custos, e por causas específicas do Standard Bank, tais como escolha da estratégia (risco estratégico), danos para a reputação ou a decisões de absorver custos ou perdas para preservar a reputação (risco reputacional).

## 6. ADEQUAÇÃO DE CAPITAL

O montante de capital detido pelo Standard Bank é calculado com base nos requisitos mínimos de capital regulamentar definidos pelo Banco de Moçambique (BM) para os riscos de crédito, de mercado e operacional. Os requisitos mínimos de capital regulamentar total são avaliados em 8% dos activos ponderados pelo risco, nos termos dos Avisos nº 9/GBM/2017, de 3 de Abril de 2017, ambos do Banco de Moçambique.

Em adição aos requisitos mínimos regulamentares, o Standard Bank mantém uma margem de capital fixada tendo em consideração todos os seus riscos relevantes, a forma como estes riscos são geridos e mitigados e os resultados dos testes de esforço. A margem serve para assegurar que o Standard Bank tenha capital suficiente para suportar perdas graves que possam surgir num cenário de esforço. O risco de crédito, o risco de mercado, o risco da taxa de juro da carteira bancária (RTJCB), o risco operacional e o risco de negócio são levados em conta para a determinação da margem de capital.

No seguimento da manifesta intenção do Banco de Moçambique de incrementar o rácio de solvabilidade regulamentar mínimo, dos actuais 8% para 12%, nos termos do Aviso n.º 09/GBM/2017, de uma forma faseada (9% em 2018, 11% em 2019 e 12% em 2020), o Standard Bank reviu em 2017, a sua apetência pelo risco do rácio de solvabilidade, de 12% para 13%, na base de uma gestão baseada numa visão futurista do capital, que permite antecipar e proactivamente agir em face de prováveis pressões sobre o capital.

O banco continuará a rever a declaração de apetência pelo risco à medida que as mudanças no ambiente regulamentar e de negócio assim o requeiram.

Os requisitos de capital são comparados aos fundos próprios para efeitos de avaliação da solvabilidade, sendo que os fundos próprios incluem tanto os fundos próprios de base (tier 1), bem como os fundos próprios complementares (tier 2), de acordo com os regulamentos do BM, sendo que os respectivos ajustamentos no âmbito do aviso 05/GBM/2018 são tomados em consideração pelo banco para efeitos de determinação dos limites de concentração de risco.

### 6.1 COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

A composição dos fundos próprios obedece o preconizado no aviso do Banco de Moçambique nº 8/GBM/2017, de 3 de Abril de 2017, conforme se segue:

#### 6.1.1 FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE (TIER 1):

##### i) Elementos positivos:

- Capital realizado
- Prémios de emissão de acções e de outros títulos
- Reservas legais, estatutárias e outras formadas por resultados não distribuídos
- Resultados positivos transitados de exercícios anteriores
- Resultados positivos do último exercício
- Resultados positivos provisórios do exercício em curso
- Reservas de conversão cambial e de cobertura de investimento líquido em unidades operacionais no estrangeiro
- Parcelas das reservas e dos resultados correspondentes a activos por impostos diferidos
- Interesses minoritários.

##### ii) Elementos negativos:

- Acções próprias
- Activos intangíveis
- Resultados negativos transitados de exercícios anteriores
- Resultados negativos do último exercício
- Resultados negativos do exercício em curso, no final do mês
- Reservas de reavaliação negativas, nas condições enumeradas no Artº 5
- Diferenças positivas de reavaliação pelo método de equivalência patrimonial
- Insuficiência de provisões
- Os montantes de desvios actuariais negativos e custos com serviços passados, associados a benefícios pós-emprego atribuídos pela entidade, que não tenham sido reconhecidos em resultados do exercício, resultados transitados ou reservas, de acordo com a NIC 19.

#### 6.1.2 FUNDOS PRÓPRIOS COMPLEMENTARES (TIER 2):

##### i) Elementos positivos:

- Montantes provenientes da emissão de títulos com prazo de vencimento indeterminado e dos provenientes de empréstimos não titulados, nos termos do artigo 11
- Outros elementos patrimoniais elegíveis, nos termos do artigo 12
- Provisões para riscos gerais de crédito até ao limite de 0,0125% dos activos ponderados pelo risco de crédito
- Reservas de reavaliação legais de activos fixos tangíveis
- Outras reservas de reavaliação positivas, pelos montantes que resultam do Artº 5 e das alíneas g) e h) do artigo 17
- Outros elementos elegíveis definidos no n.º 5 do artigo 5
- Empréstimos subordinados, nas condições referidas no artigo 13
- Parte liberada de acções preferenciais remíveis.

##### ii) Elementos negativos:

- Outros elementos próprios enquadáveis no artigo 3, pelo valor de inscrição no balanço.

## 6.2 FUNDOS PRÓPRIOS E RÁCIO DE SOLVABILIDADE

### 6.2.1 FUNDOS PRÓPRIOS

À 30 de Junho de 2018, os fundos próprios do Standard Bank eram compostos maioritariamente por fundos próprios de base (tier 1), sendo que os fundos próprios totais ascenderam ao montante de 11,081,647 milhares de meticais, representando um crescimento de 2.27%, comparado ao período de Dezembro de 2017 que fechou em 10,836,132 milhares de meticais.

(Valores em milhares de Meticais)		
Descrição	Jun-18	Dez-17
<b>Fundos Próprios de Base Positivos</b>		
Capital realizado	1 294 000	1 294 000
Reservas legais, estatutárias e outras formadas por resultados não distribuídos	9 832 215	9 780 433
<b>Total Fundos Próprios de Base Positivos</b>	<b>11 126 215</b>	<b>11 074 433</b>
<b>Fundos Próprios de Base Negativos</b>		
Activos intangíveis	-423 525	-334 597
Reservas de reavaliação negativas, nas condições enumeradas no Artº 5	-2 208	-92 707
Insuficiência de provisões	-756 660	-638 876
<b>Total Fundos Próprios De Base Negativos</b>	<b>-1 182 392</b>	<b>-1 066 181</b>
<b>Fundos Próprios de Base Totais</b>	<b>9 943 823</b>	<b>10 008 252</b>
<b>Fundos Próprios Complementares Positivos</b>		
Provisões para riscos gerais de crédito até ao limite de 0,0125% dos activos ponderados pelo risco de crédito	7 069	6 307
Outras reservas de reavaliação, pelos montantes que resultam do Artº 5 e dos nºs 7 e 8 do Artº 19	58 387	
Empréstimos subordinados, nas condições referidas no artigo 15	1 072 368	821 573
<b>Total Fundos Próprios Complementares Positivos</b>	<b>1 137 824</b>	<b>827 880</b>
<b>Total dos Elementos a Deduzir</b>	-	-
<b>Fundos Próprios</b>	<b>11 081 647</b>	<b>10 836 132</b>

Ressalve-se que à 31 de Julho de 2018, os fundos próprios do Standard Bank ascenderam ao montante de 15.110,329 milhares de meticais, sendo que este incremento resultou essencialmente da incorporação dos resultados do ano de 2017 nos fundos próprios do Banco.

### 6.2.2 RÁCIO DE SOLVABILIDADE

Em 30 de Junho de 2018, o rácio de solvabilidade era igual a 18.51%, acima do mínimo regulamentar de 8%. Comparativamente à 31 de Dezembro de 2017, este rácio apresentou um decréscimo de 1.91 pontos percentuais.

(Valores em milhares de Meticais)		
Rácio de Solvabilidade	Jun-18	Dez-17
Fundos Próprios de Base		
Capital realizado	1 294 000	1 294 000
Reservas e resultados transitados	9 832 215	9 780 433
Activos intangíveis	-423 525	-334 597
Reservas de reavaliação negativas, nas condições enumeradas no Artº 5	-2 208	-92 707
Insuficiência de provisões	-756 660	-638 876
	<b>9 943 823</b>	<b>10008 252</b>
<b>Fundos Próprios Complementares</b>		
Empréstimos subordinados	1 072 368	821 573
Outros	65 456	6 307
	1 137 824	827 880
<b>Total dos Elementos a Deduzir</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total dos Fundos Próprios</b>	<b>11 081 647</b>	<b>10 836 132</b>
<b>Activos Ponderados pelo Risco</b>		
Risco de Crédito (do Balanço)	34 797 752	32 300 749
Risco de Crédito (Extrapatrimoniais)	21 754 298	18 153 367
Risco Operacional	1 508 322	1 123 835
Risco de Mercado	1 820 713	1 504 838
	<b>59 881085</b>	<b>53 082790</b>
<b>Rácio de Solvabilidade</b>	<b>18.51%</b>	<b>20.41%</b>

Após a incorporação dos resultados do ano de 2017 nos fundos próprios do Banco, o rácio de solvabilidade, à 31 de Julho de 2018, ascendeu a 24.53%.

## 6.3 REQUISITOS DE CAPITAL

### 6.3.1 REQUISITOS DE CAPITAL PARA O RISCO DE CRÉDITO

A mensuração do risco de crédito é efectuada com recurso às normas emanadas pelo Banco de Moçambique, á luz do Basileia II.

O apuramento do risco de crédito baseia-se no cálculo dos activos ponderados pelo risco, nos termos do Aviso n.º 11/GBM/2013. O cálculo dos activos ponderados pelo risco (RWA) consiste em aplicar os coeficientes de risco previstos no aviso supramencionado às diversas categorias de posições em risco do balanço e extrapatrimoniais.

### 6.3.2 CLASSES DE RISCO DO BALANÇO E EXTRAPATRIMONIAIS

#### 6.3.2.1 Ponderadores de Risco

1. Posições em risco sobre administrações centrais e bancos centrais

Posições em risco sobre administrações centrais de países e seus respectivos bancos centrais são ponderadas de acordo com as classificações das agências de crédito a exportação (ECA – Export Credit Agencies) que participam no “Arrangement on Officially Supported Export Credits”.



Posições em risco sobre administrações centrais de países não sujeitos a classificação pela ECA são ponderadas de acordo com as classificações da Standard & Poor. Caso não estejam sujeitos a classificação desta agência, são ponderadas de acordo com as classificações da Fitch Ratings ou da Mood’s.

Posições em risco sobre administrações centrais de países não sujeitos a classificação pelas agências ECA ou ECAI são ponderadas em 100%.

2. Posições em risco sobre Organizações Internacionais

É aplicado um ponderador de 0% às posições em risco sobre as seguintes organizações internacionais:

- BCE - Banco Central Europeu;
- BIS – Bank for International Settlements; e
- FMI - Fundo Monetário Internacional.

3. Posições em risco sobre Empresas Públicas

As posições em risco sobre empresas públicas são equiparadas às posições sobre empresas e, como tal, ponderadas em 100%.

Em casos excepcionais, as posições em risco sobre Empresas Públicas são tratadas como posições em risco sobre a Administração Central sempre que o Banco de Moçambique considere que não existem diferenças no risco destes tipos de posições, como resultado da existência de uma garantia apropriada prestada pela Administração Central.

4. Posições em risco sobre Instituições de Crédito

As posições em risco sobre instituições de crédito, incluindo as em moeda estrangeira, são ponderadas em função das classificações de crédito atribuídas pela ECA ou, caso não existam, pela ECAI (Standard & Poor).

No caso de instituições estabelecidas em países em que a administração central não é objecto de notação pela ECA ou pela ECAI, as posições em risco são ponderadas a um mínimo de 100%.

As posições em risco sobre instituições de crédito sediadas em Moçambique, que tenham um prazo de vencimento inicial não superior a três meses, denominadas e financiadas em Meticais, são objecto de uma ponderação de 20%.

5. Posições em risco sobre empresas

Às posições em risco sobre empresas é aplicado um ponderador de risco de 100%, a menos que sejam cobertas por garantia ou colateral elegíveis, nos termos do Anexo III do Aviso n.º 11/GBM/2013, casos em que o ponderador desce para um risco inferior, compatível com o colateral ou com o emitente da garantia elegível.

6. Outros Activos

Todos os outros activos, incluindo as acções e outras participações de capital, salvo se forem deduzidas aos Fundos Próprios, são ponderados em 100%, com a excepção de:

a. **Créditos Vencidos:** a parte não-garantida de qualquer crédito (excepto créditos garantidos por hipoteca de habitação) vencido há mais de 90 dias, líquida de provisões específicas, incluindo write-offs, é ponderada nos seguintes termos:

- 150%, se as provisões específicas forem inferiores a 20% da fracção não garantida da posição em risco;
- 100%, se as provisões específicas não forem inferiores a 20% da fracção não garantida da posição em risco;
- 100%, quando as provisões específicas não forem inferiores a 50% do valor da posição em risco.

b. **Contas Extrapatrimoniais:** a ponderação das contas extrapatrimoniais é efectuada por tipos de classe de risco aos quais são aplicados diferentes factores de conversão de crédito (FCC), conforme abaixo descritos:

- 100%, para os elementos de risco elevado;
- 50%, para os de risco médio;
- 20%, para os de risco médio/baixo; e
- 0%, para os de risco baixo.

6.3.2.2 Classes de Risco do Balanço

As posições em risco dos itens do Balanço ascenderam a 91,687,075 milhares de meticais à 30 de Junho de 2018, o que representa um crescimento em cerca de 4.61% quando comparado ao período de Dezembro de 2017.

(Valores em milhares de Meticais)

Classe de Riscos no Método Padrão	Exposição Bruta	
	Jun-18	Dez-17
Caixa e Equivalentes de Caixa	1 065 490	1 418 149
Administrações Centrais e Banco Centrais:		
Governo de Moçambique e Banco de Moçambique	49 215 954	48 014 160
Empresas Públicas	3 868 283	4 623 335
Instituições de Crédito	13 539 487	12 422 093
Empresas	14 736 647	12 443 507
Carteira de Retalho Regulamentar	2 773 143	2 481 000
Exposições Garantidas por Bens Imóveis	1 799 762	1 846 951
Créditos Vencidos	659 886	883 079
Outros Activos	4 028 424	3 516 881
<b>Total das Posições em Risco Originais</b>	<b>91 687 075</b>	<b>87 649 155</b>

6.3.2.3 Classes de Risco Extrapatrimoniais

À 30 de Junho de 2018, as posições em risco dos itens extrapatrimoniais fecharam em 22,267,529 milhares de meticais, representando um aumento de cerca de 20.33%, comparativamente ao período de Dezembro de 2017, conforme se mostra abaixo:

(Valores em milhares de Meticais)

Posições em Risco por Classe de Risco – Extrapatrimonial	Jun-18	Dez-17
<b>RISCO ELEVADO</b>	<b>21 246 439</b>	<b>17 806 804</b>
Garantias, avals, aceites e endossos	12 602 858	8 470 134
Facilidades não Utilizadas	8 643 581	9 336 670
<b>RISCO MÉDIO</b>	<b>1 021 090</b>	<b>698 902</b>
Créditos documentários	1 021 090	698 902
<b>RISCO MÉDIO/BAIXO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>RISCO BAIXO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>22 267 529</b>	<b>18 505 706</b>

6.3.3 REQUISITOS DE CAPITAL PARA O RISCO DE MERCADO

O requisito de capital para o risco de mercado leva em conta apenas a componente do risco cambial, com recurso às posições cambiais, conforme se segue:

- As posições curtas líquidas e as posições longas líquidas são convertidas em meticais à taxa de câmbio de valorimetria e adicionadas de modo a formar o total das posições curtas líquidas e o total das posições longas líquidas:

- O mais elevado dos dois totais referidos no ponto anterior constitui a posição líquida a ser utilizada para efeitos de risco de mercado.

Abaixo reportamos a base de incidência para o cálculo de requisitos de capitais para a cobertura do risco cambial, à 30 de Junho de 2018, cujo valor ascendeu a 1,820,713 milhares de meticais:

(Valores em milhares de Meticais)

Países	Moedas		Tipos de Posições		Posições Estruturais e elementos deduzidos aos Fundos Próprios				Posições líquidas	
			Longa	Curta	Longa	Curta	Longa	Curta	Longa	Curta
			1	2	3	4	5	6	7	8
Estados Unidos da América	Dólar	USD	1 751 270	1 820 565	-	-	-	-	1 751 270	1 820 565
União Europeia	Euro	EUR	12 558	-	-	-	-	-	12 558	-
África do Sul	Rand	ZAR	47 657	-	-	-	-	-	47 657	-
Canadá	Dólar	CAD	-	-	-	-	-	-	-	-
Dinamarca	Coroa	DKK	542	-	-	-	-	-	542	-
Reino Unido	Libra	GBP	254	-	-	-	-	-	254	-
Japão	Iene	JPY	-	5	-	-	-	-	-	5
Malawi	Kwacha	NWK	-	-	-	-	-	-	-	-
Noruega	Coroa	NOK	-	9	-	-	-	-	-	9
Suécia	Coroa	SEK	-	134	-	-	-	-	-	134
Suíça	Franco	CHF	1 330	-	-	-	-	-	1 330	-
Zâmbia	Kwacha	ZMK	-	-	-	-	-	-	-	-
Zimbabwe	Dólar	ZWD	-	-	-	-	-	-	-	-
Mauritius	Rupee	MUR	-	-	-	-	-	-	-	-
Austrália	Dólar	AUD	1 721	-	-	-	-	-	1 721	-
China	Renmim-bi	CNY	629	-	-	-	-	-	629	-
Total (9)			1 815 960	1 820 713	-	-	-	-	1 815 960	1 820 713
Base de Incidência para o Cálculo de Requisitos de Capitais para a Cobertura do Risco Cambial (6)									1 820 713	

6.3.4 REQUISITOS DE CAPITAL PARA O RISCO OPERACIONAL

Os requisitos de fundos próprios para a cobertura de risco operacional são determinados de acordo com o método do indicador básico (BIA), no qual a base de cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura de risco operacional (KBIA) corresponde a 15% da média aritmética dos últimos três anos do indicador relevante anual positivo.

6.3.4.1 Indicador Relevante

- O indicador relevante é o resultado da soma da margem líquida de juros com outras receitas líquidas, numa base anual, reportadas ao final do exercício financeiro, podendo as instituições, numa base temporária, utilizar estimativas quando não se encontrem disponíveis dados auditados.

- Caso, para um dado ano, a soma da margem líquida de juros com outras receitas líquidas seja negativa ou igual a zero, esse valor não deve ser tido em conta no cálculo da média dos últimos três anos, quer no numerador, quer no denominador.

A base de cálculo dos requisitos mínimos de capitais, à 30 de Junho de 2018, ascendeu a 1,508,322 milhares de meticais, como se mostra abaixo:

(Valores em milhares de Meticais)

Actividades	Indicador Relevante			Base de Cálculo dos Requisitos Mínimos de Capitais
	2015	2016	2017	
	(1)	(2)	(3)	(4)
1. Total das Actividades Sujeitas ao Método do Indicador Básico	7 342 325	9 918 128	12 905 988	1 508 322
Descrição	A	B	C	
	2015	2016	2017	
(+) Juros e Rendimentos Similares	3 934 348	6 230 410	11 865 242	
(-) Juros e Encargos Similares	432 821	955 039	2 506 196	
(+) Rendimentos de Instrumentos de Capital	-	-	-	
(+) Comissões Recebidas	719 563	1 223 127	1 256 120	
(-) Comissões Pagas	17 373	7 060	10 356	
(+) Resultados de Operações Financeiras	2 712 485	3 218 848	2 338 444	
	-	-	-	
(+) Outros Resultados Operacionais	426 122	207 841	(37 266)	
	<b>7 342 325</b>	<b>9 918 128</b>	<b>12 905 988</b>	

6.3.5 CAPITAL ECONÓMICO

O capital económico é uma medida interna do banco que mensura o montante de capital requerido e incorpora uma análise granular dos efeitos de riscos e concentração da carteira que podem não estar contemplados no processo de avaliação do capital na perspectiva regulamentar. Por exemplo, o risco da taxa de juro da carteira bancária, o risco de negócio e o risco patrimonial são alguns dos riscos incorporados no capital económico que não são parte da perspectiva regulamentar.

Para além de riscos adicionais, alguma severidade é adicionada aos riscos padrão da perspectiva regulamentar. O banco agrega as medidas individuais do risco do capital económico, de forma conservadora, assumindo que não há uma diversificação inter-riscos. O capital económico é comparado aos recursos financeiros disponíveis para avaliar a adequação do capital de acordo com as medidas internas. A metodologia é continuamente refinada à medida que os dados históricos e sua disponibilidade vão sendo aprimorados.

O capital económico é obtido dividindo os fundos próprios, determinados na perspectiva do capital económico, pela utilização de capital que agrega todos os riscos na perspectiva do capital económico do banco.

A apetência pelo risco do Processo de Auto-Avaliação da Adequação do Capital Interno (PAACI) é de 1.15, sendo que à 30 de Junho de 2018, o banco reportou um capital económico de 1.48, contra 1.31 à 31 de Dezembro de 2017.

7. RISCO DE CRÉDITO

A concessão de crédito fundamenta-se na avaliação dos riscos que podem ter impacto na capacidade futura dos clientes fazerem face aos compromissos assumidos perante o banco, sendo o desafio na gestão do risco de crédito, encontrar um equilíbrio entre a qualidade do crédito e o crescimento da carteira, complementando a eficiência às exigências de regulamentação e supervisão.

7.1 DEFINIÇÃO

O risco de crédito é o risco de perdas decorrentes do incumprimento por contrapartes das suas obrigações financeiras ou contratuais nas suas datas de vencimento. Este é composto pelo risco da contraparte, risco de concentração, risco de liquidação e pelo risco do país.

7.2 CLASSIFICAÇÃO DE RISCOS

Risco da contraparte: é o risco de perdas que resultam de uma contraparte não querer ou não poder cumprir as suas obrigações financeiras ou contratuais nas suas datas de vencimento. O risco da contraparte é composto por três componentes:

- Risco de crédito primário, que corresponde à exposição em incumprimento (“EEL”) resultante do crédito e actividades relacionadas com produtos bancários, incluindo a sua subscrição;
- Risco de crédito pré-liquidação, que corresponde à EEL resultante de operações a prazo não liquidadas e com instrumentos derivados, decorrente do incumprimento da operação pela contraparte e mensurado como o custo de substituição da operação às taxas de mercado em vigor na data relevante;
- Risco do emitente, que corresponde à EEL resultante de produtos de crédito e de capitais negociáveis, incluindo a sua subscrição. O risco do emitente relativo a estes instrumentos de crédito detidos é reconhecido como risco de crédito.

**Risco de concentração de crédito:** é o risco de perdas decorrente de uma concentração excessiva da exposição, entre outros, a uma única contraparte ou segmento de contrapartes, um sector de actividade, um mercado, um produto, um instrumento financeiro ou um tipo de valor mobiliário, um país, uma região ou um prazo. Verifica-se tipicamente esta concentração quando um determinado número de contrapartes está envolvido em actividades semelhantes e tem características semelhantes que levam a que a sua capacidade para cumprir as obrigações contratuais seja afectada de forma parecida por alterações das condições económicas ou de outra natureza.

**Risco de liquidação:** é o risco de perdas para o banco decorrentes da liquidação de uma operação, em que o valor é pago mas o contra-valor não é recebido na totalidade ou em parte.

**Risco do país ou risco das transferências internacionais:** decorre da incerteza de que os devedores possam não ser capazes de cumprir as suas obrigações perante o banco, tratando-se de países diferentes, devido às condições políticas ou económicas no país da contraparte.

7.3 MENSURAÇÃO E MODELAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO

Todos os modelos relevantes usados na mensuração, modelação e gestão do risco de crédito cumprem com a regulamentação aplicável e, em particular, os requisitos das abordagens baseadas em classificações internas do Acordo de Basileia, quando aplicáveis. O desenvolvimento, validação, aprovação, testes permanentes e revisão dos modelos são realizados no devido cumprimento dos requisitos da Política de Governação dos Modelos de Crédito do Standard Bank.

Em Julho de 2014, o Comité Internacional das Normas Contabilísticas (IASB) emitiu a Norma Internacional de Relato Financeiro (NIRF) 9 que substituiu, desde 1 de Janeiro de 2018, a Norma Internacional de Contabilidade (NIC) 39 sobre os Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A NIRF 9 estabelece princípios para o reporte dos instrumentos financeiros, sendo que de acordo com a sua nova metodologia, para activos financeiros onde é necessário o cálculo da imparidade, os mesmos serão classificados em três estágios (1,2 e 3), dos quais o estágio 3 refere-se ao crédito vencido (NPL - Non-Performing).

Associado às perdas esperadas, o modelo requer, para os estágios 1 e 2, que seja incorporada a informação relativa as perspectivas macro-económicas (forward looking), onde será feita a ponderação de diferentes cenários e as respectivas probabilidades de materialização.

De acordo com a NIRF 9, para as facilidades onde se detecte que o risco de crédito deteriorou significativamente, desde a originação das mesmas (referida como fase 2), a imparidade mantida ou calculada basea-se no prazo de maturidade ou vigência na carteira (Lifetime).

A expectativa de perdas para as facilidades onde o risco de crédito não aumentou significativamente (referido como estágio 1), é limitada às perdas esperadas nos 12 meses que se seguem à data do reporte ou igual ao prazo remanescente da facilidade, se a mesma for inferior a 12 meses.

Essas imparidades são calculadas como a Perda Esperada de Crédito (PEC) e a NIRF 9 define a PEC como a diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos no instrumento e todos os fluxos de caixa que o banco espera receber, ou seja, todos os déficits de caixa, descontado à taxa de juro efectiva original (EIR).

7.4 ABORDAGEM DE IDENTIFICAÇÃO, DETERMINAÇÃO E AVALIAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO

A identificação dos riscos materiais e determinação dos níveis de risco é supervisionada pelos órgãos de Administração.

Ao determinar quais os riscos considerados relevantes para o banco, existem alguns elementos cruciais levados em consideração:

- As auto-avaliações de risco e controlos periódicos realizados pelos comités de gestão que identificam os riscos que podem ameaçar a realização e o alcance dos objectivos do negócio;
- O histórico de perdas, bem como potenciais perdas futuras;
- Os riscos de acordo com quantidades significativas de capital económico e alocados pelo regulador; e
- A definição de limiares de relevância aconselhados pelo regulador (Banco de Moçambique).

As facilidades de crédito concedidas a entidades relacionadas (do Grupo Standard Bank) ou à qualquer outra entidade não relacionada, são tratadas na mesma base de concessão de crédito e o risco de crédito tratado do mesmo modo. Estas



operações são regidas de acordo com as normas do Banco de Moçambique, bem como as do Grupo Standard Bank.

A política do Standard Bank para a avaliação do risco da contraparte e de concentração no âmbito dos riscos de crédito enquadra-se nas “Normas de Governação do Risco de Crédito”, aprovadas pelo Conselho de Administração do Standard Bank e que respondem às exigências do Banco de Moçambique definidas através do Aviso n.º 11/GBM/2013 e da Circular n.º 03/SCO/2013, ambos de 31 de Dezembro e do Aviso n.º 9/GBM/2017, de 3 de Abril.

### 7.5 RISCO DA CONTRAPARTE

É atribuído um ponderador de crédito a cada contraparte com a qual o Standard Bank tenha uma exposição ou um limite aprovado. Essa avaliação é executada regularmente (pelo menos anualmente), arquivada e gerida em modelos de ponderadores reconhecidos e aprovados pelo banco, devendo ser independente da influência da origem do negócio.

As exposições e/ou facilidades separadas da mesma contraparte são classificadas com o mesmo ponderador da contraparte, sempre que relevantes, independentemente de eventuais diferenças na natureza de cada exposição e/ou facilidade específica, excepto se as diferentes exposições e/ou facilidades preencherem os critérios para uma distinção no ponderador entre moeda local e moeda estrangeira. Cada ponderador de crédito é atribuído de acordo com uma Probabilidade de Incumprimento associada.

As diferentes classes de activos e ponderadores de contraparte são associados à Probabilidades de Incumprimento diferentes, existindo uma escala universal ou principal de Probabilidades de Incumprimento, no sentido de possibilitar uma visão global do risco de crédito em toda a carteira do banco em termos de Probabilidades de Incumprimento e uma comparação do risco de crédito entre as diferentes classes de activos. As Probabilidades de Incumprimento são sempre usadas para determinar as perdas esperadas.

O risco da facilidade decorrente de factores específicos da exposição e/ou facilidade, tais como garantias e hierarquia da dívida, é medido e tratado como parte da análise de mitigação do risco de crédito e não deve afectar nem ter impacto no ponderador da contraparte.

O apoio externo facultado a uma contraparte, por oposição aos factores de mitigação, é reconhecido no processo de ponderação numa base definida, aplicada uniformemente.

### 7.6 TOTAL DA EXPOSIÇÃO BRUTA E MÉDIA AO RISCO DE CRÉDITO

A carteira de crédito cresceu em cerca de 6.09% em Junho de 2018, em comparação com o período homólogo, desdobrando-se como se segue:

(Valores em milhares de Meticais)				
Descrição	Exposição Bruta Jun-18	Média Jun-18	Exposição Bruta Jun-17	Média Jun- 17
Carteira de crédito pelos principais tipos de produto				
Crédito a Habitação	1 957 207	2 025 456	2 053 388	2 152 691
Empréstimos com Hipoteca de Edifício Comercial do Mutuário	789 168	1 012 620	79 024	82 782
Locação Financeira	363 246	378 626	490 558	768 848
Empréstimos sem Hipoteca	21 752 668	20 494 458	20 812 257	24 426 206
<b>Total</b>	<b>24 862 288</b>	-	<b>23 435 227</b>	-
Extrapatrimoniais				
Garantias, Avals	12 602 858	12 043 276	5 069 292	5 508 263
Créditos Documentários	1 021 090	659 363	411 385	317 762
Facilidades não Utilizadas	8 643 581	9 187 680	7 292 017	7 560 134
<b>Total</b>	<b>22 267 529</b>	-	<b>12 772 694</b>	-

### 7.7 CONCENTRAÇÃO DE RISCO

São definidos limites de concentração de risco em relação ao capital económico, ao total de activos ou, nos casos em que existam medidas adequadas, ao nível global de riscos. Nos casos em que os limites de concentração são definidos em relação ao capital económico, tal não impede uma actividade de definir limites adicionais dentro destes.

O banco gere limites de concentração de risco de crédito onde quer que os mesmos sejam identificados (contrapartes individuais e grupos, sectores e países). Os níveis de risco de crédito são estruturados colocando-se limites no valor do risco aceite na relação com o mutuário, ou grupos de mutuários, e para segmentos geográficos e da indústria. Esses riscos são monitorados e sujeitos a uma revisão anual ou mais frequente, sempre que se julgue necessário. As concentrações do nível de risco de crédito, por produto, sector da indústria e por País são aprovados trimestralmente pela Comissão de Crédito do Conselho de Administração.

Quando se verifica uma violação dos limites de concentração e não puder ser definido um custo de mitigação adequado para essa violação ou a mesma não puder ser mitigada, o Comité de Gestão de Risco de Crédito determina e recomenda tais violações à Comissão de Crédito do Conselho de Administração para aprovação.

#### 7.7.1 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA CARTEIRA DE CRÉDITO

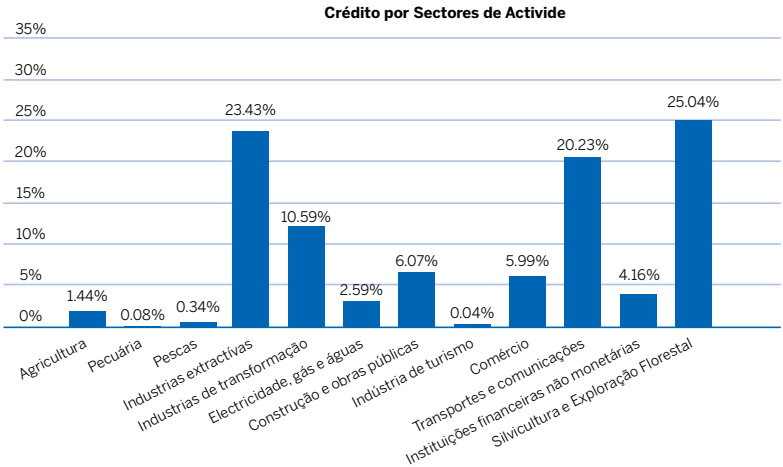
A carteira de crédito encontra-se distribuída pelas zonas Norte, Centro, Sul e Cidade de Maputo conforme a tabela abaixo:

(Valores em milhares de Meticais)					
Exposição de Crédito a Clientes (Classes de Risco)	Cidade de Maputo	Zona Sul	Zona Centro	Zona Norte	Total
Entidades do Sector Publico	1 024 568	0	0	0	1 024 568
Empresas Públicas	3 868 283	0	0	0	3 868 283
Empresas	12 936 621	18 643	1 570 290	211 093	14 736 647
Carteira de Retalho Regularmentar	1 473 191	248 784	745 725	305 442	2 773 142
Exposições Garantidas por Bens Imóveis	1 588 190	24 693	145 894	40 984	1 799 762
Créditos vencidos	432 942	24 786	132 105	70 052	659 886
<b>Total</b>	<b>21 323 795</b>	<b>316 906</b>	<b>2 594 015</b>	<b>627 572</b>	<b>24 862 288</b>



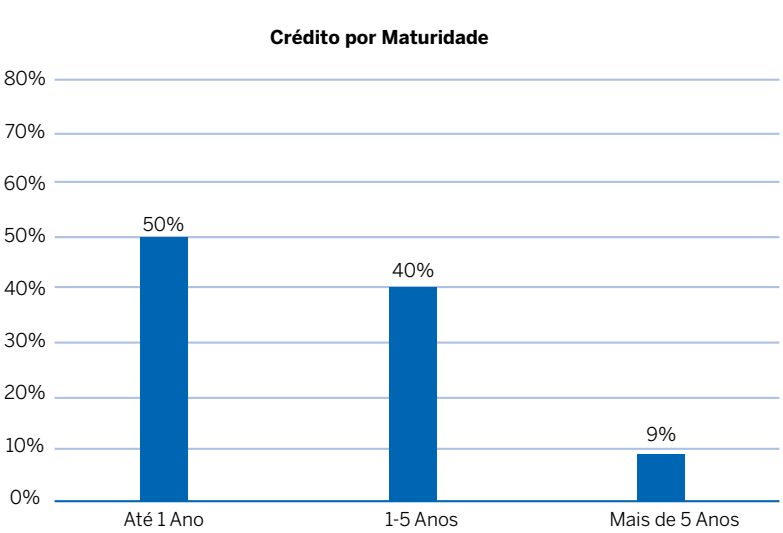
### 7.7.2 DISTRIBUIÇÃO DAS EXPOSIÇÕES DE CRÉDITO POR SECTORES

A exposição do crédito por sectores, à 30 de Junho, está repartida como se segue:



### 7.7.3 EXPOSIÇÃO DE CRÉDITO POR MATURIDADE

À 30 de Junho de 2018, o crédito com maturidade até 1 ano apresentava a concentração mais significativa.



### 7.8 CRÉDITO VENCIDO OBJECTO DE IMPARIDADE

Crédito vencido especificamente afectado por imparidade refere-se ao crédito que está em incumprimento, para o qual existe uma diminuição mensurável dos fluxos de caixa futuros estimados, de forma que não se espera uma recuperação integral do valor registado na carteira de crédito.

Estes são analisados em maior detalhe nas seguintes categorias:

- Itens que apresentam fragilidades subjacentes bem definidas e são especificamente considerados como estando em estado de imparidade (itens em estado de imparidade);
- Itens ainda não considerados perdas finais devido a factores específicos que poderão fortalecer a qualidade dos itens (em mora ou com mitigantes);
- Itens considerados incobráveis, na totalidade ou em parte. O banco estabelece provisões completas para as suas perdas, depois de levar em conta a garantia (crédito vencido – non-performing loan).

A determinação de evidências objectivas de imparidade é feita por classificação interna, nos termos da NIRF 9, com base nos seguintes critérios estabelecidos pelo Standard Bank:

- Incumprimento dos pagamentos contratuais do capital ou de juros;
- Dificuldades de fluxo de caixa enfrentadas pelo mutuário;
- Violação de acordos ou condições de empréstimo;
- Início do processo de falência;
- Deterioração da posição competitiva do mutuário;
- Deterioração do valor da garantia;
- Desclassificação abaixo do nível de investimento.

A política do banco exige que os activos financeiros que ultrapassem os limiares de materialidade sejam avaliados individualmente, pelo menos uma vez por ano ou mais regularmente, quando as circunstâncias assim o exigirem. As provisões para imparidade nas contas avaliadas individualmente são determinadas por uma avaliação das perdas incorridas a data de relato, caso a caso, e são aplicadas individualmente a todas as contas principais. A avaliação abrange, normalmente, as garantias mantidas e as receitas antecipadas para essa conta individual.

A imparidade avaliada em modelos colectivos é efectuada relativamente a:

- Carteiras de activos homogéneos que se situem, individualmente, abaixo dos limiares de materialidade; e
- Perdas que tenham sido incorridas, mas que ainda não tenham sido identificadas, usando a experiencia histórica disponível, com julgamento experiente e técnicas estatísticas.

Para efeitos contabilísticos, o conceito de crédito em incumprimento adopta a definição prevista pelo aviso n.º 16/GBM/2013, de 31 de Dezembro, do Banco de Moçambique, e agrega o crédito vencido há mais de 90 dias e o crédito de cobrança duvidosa reclassificado como crédito vencido.

### 7.9 RECUPERAÇÕES REGISTADAS NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

As contas saneadas são revistas para determinar as que são definitivamente irrecuperáveis e as que ainda podem ser recuperadas. Neste contexto, o oficial responsável assegura que todos os activos relacionados com os colaterais foram realizados, os activos são recuperados e vendidos, se possível, e as propriedades são vendidas numa execução judicial.

A menos que os acordos para pagamentos mensais estejam regulares, as contas que se considera terem algum potencial para recuperação são sub-contratadas a agentes ou é instituída uma acção legal relacionada com o montante do saldo a liquidar.

(Valores em milhares de Meticais)		
Descrição	Jun-18	Jun-17
Imparidade de empréstimos em cumprimento (IAS 39)	-	22 596
Imparidade específica de empréstimos em incumprimento (IAS 39)	-	-136 308
ECL - Activos Financeiros	45 194	-
ECL - Empréstimos e adiantamentos	35 323	-
ECL - Cartas de Crédito e garantias bancárias	-221 045	-
Recuperações - Empréstimos e adiantamentos	13 000	12 771
<b>Total</b>	<b>-127 528</b>	<b>-100 940</b>

Conforme permitido pela NIRF 9, o Banco optou por não alterar as suas demonstrações financeiras comparativas, pelo que a comparabilidade não será alcançada pelo facto de as informações financeiras comparativas terem sido preparadas segundo a NIC 39.

### 7.10 MITIGAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO

#### 7.10.1 MEDIDAS DE CONTROLO DA EXPOSIÇÃO EM INCUMPRIMENTO (EEI)

Todas as exposições são mensuradas de forma a garantir que tanto a exposição corrente, bem como a exposição potencial (ou, quando disponível e em cumprimento com todas as aprovações internas e externas, a exposição positiva esperada) sejam registadas.

O risco de crédito primário decorrente da exposição em dívida é mensurado de acordo com o valor contabilístico para exposições desembolsadas, incluindo os juros corridos, sem dedução de imparidades do crédito e eventuais abates parciais que já tenham sido efectuados, e com a mensuração da expectativa da exposição adicional que possa surgir em caso de incumprimento.

O risco de pré-liquidação é mensurado com base na exposição potencial (ou, quando disponível e em cumprimento com todas as aprovações internas e externas, a exposição positiva esperada), tendo implicitamente em conta a liquidez e explicitamente a volatilidade do activo de referência ou o preço do instrumento ou produto e o prazo da exposição.

O risco de crédito do emitente, decorrente de instrumentos de crédito detidos na carteira de negociação é mensurado de acordo com os requisitos das Normas de Risco de Mercado. Na medida em que os instrumentos de crédito que dão origem ao risco do emitente sejam detidos na carteira bancária, devem os mesmos ser mensurados como risco de crédito primário e ficam abrangidos pelos requisitos das Normas de Crédito.

O risco de liquidação é mensurado em base hipotética (notional), assumindo que o contravalor não será recebido. O perfil de liquidação diário da contraparte em causa deve corresponder ao valor agregado de todas as liquidações devidas pela contraparte nessa data, em base bruta ou líquida, em função dos acordos subjacentes preverem ou não a compensação.

#### 7.10.2 POLÍTICAS E PROCESSOS DE GESTÃO E AVALIAÇÃO DE CAUÇÕES

O Standard Bank define caução como um bem de valor, dado em garantia do bom pagamento das responsabilidades do cliente, sobre o qual o banco pode assumir o controlo ou a posse, na eventualidade de incumprimento por parte do cliente, designadamente resgate de depósitos a prazo, accionamento de apólices de seguro, execução de hipoteca, etc.

O processo de gestão de cauções compreende as fases de preparação, registo, manutenção, custódia e arquivo de documentação.

Não é política do Standard Bank conceder crédito exclusivamente contra apresentação de garantias, sendo a capacidade de reembolso o principal critério de aprovação.

São concedidos, em primeiro lugar, empréstimos se a contraparte satisfizer os critérios normais de crédito, ou seja, rentabilidade, viabilidade, sustentabilidade e a capacidade de reembolsar as dívidas. A prestação de garantia refere-se a uma forma segura contra eventos imprevistos que possam resultar na incapacidade de reembolso da dívida pelo mutuário a partir de outras fontes, pelo que na tomada da caução é assegurado que toda a documentação se encontre completa e em ordem do ponto de vista jurídico. O banco obtém um título válido e incontestável, ou seja, algo que não pode ser posto em causa sem dificuldade ou despesa, de modo que a titularidade do activo não seja objecto de contestação ou disputa jurídica.

As garantias devem ser prontamente realizáveis em todas as condições e circunstâncias. Idealmente, a garantia deve ser de tal natureza que a conversão do activo em numerário constitua um procedimento simples e fácil para o banco. Determinados empréstimos no banco são reembolsáveis mediante solicitação. Nestas circunstâncias, não é desejável aceitar garantias que apenas possam ser realizadas após um longo período de tempo.

O Standard Bank implementa directivas orientadoras sobre a aceitabilidade das categorias específicas de garantias e colaterais de crédito ou de redução do risco de crédito. Os principais tipos de garantias, incluindo os derivados financeiros, para os empréstimos e adiantamentos são:

- Hipotecas sobre propriedades residenciais;
- Encargos sobre bens comerciais, tais como instalações, equipamentos, existências e contas a receber;
- Encargos sobre instrumentos financeiros, como títulos de dívida, acções e os derivados de crédito.

Os financiamentos e empréstimos de longo prazo concedidos a entidades empresariais são geralmente garantidos e as facilidades rotativas de crédito individual são geralmente concedidas sem se exigir garantia. Como forma de minimizar a perda de crédito, o banco procura obter garantias adicionais da contraparte, logo que forem observados indicadores de imparidade para empréstimos e adiantamentos individuais pertinentes.

A garantia detida como segurança de activos financeiros que não sejam empréstimos e adiantamentos é determinada pela natureza do instrumento. Geralmente, os títulos de dívida, obrigações do tesouro ou outras obrigações elegíveis não estão sujeitas a entrega de garantias, com excepção dos títulos suportados por activos e instrumentos similares, que são garantidos pelas carteiras de instrumentos financeiros.

O Standard Bank efectua a avaliação das cauções antes da concessão e durante o período de vigência dos financiamentos.

As garantias são avaliadas de forma que o valor não esteja sujeito a grandes flutuações e é efectuada por avaliadores independentes e especializados, aprovados pela comissão de gestão de risco de crédito e pelos membros da administração.

Todos os activos detidos em carteira como garantia são sujeitos a reavaliação, efectuada de imediato ou periodicamente, anualmente, à cada 3 anos, dependendo da situação e do tipo de financiamento concedido. O processo de reavaliação de cauções é efectuado pelo painel de avaliadores que é aprovado e revisto anualmente pelo banco, permitindo a obtenção de avaliações diversificadas na avaliação da perda estimada de créditos irregulares.

#### 7.10.3 CONCENTRAÇÃO DE RISCO AO NÍVEL DOS MITIGANTES TOMADOS

As Probabilidades de Incumprimento (PDI's) são determinadas a partir dos dados disponíveis, fornecidos externa ou internamente ou recorrendo a um quadro uniforme derivado de uma avaliação especializada.

A metodologia para determinar a recuperação estimada na sequência do incumprimento dum devedor tem em conta:

- As recuperações estimadas, monetárias e não monetárias;
- Os custos estimados, directos e indirectos;
- O valor monetário do tempo através da aplicação da taxa de desconto relevante, aplicada de forma uniforme às diferentes classes de activos.

O Standard Bank detém uma carteira de crédito coberta em 2% por penhor de depósitos (colateral) e 15% por garantias imóveis.

O crédito à Banca Corporativa e de Investimentos representa 70% do total da carteira de empréstimos e os mitigantes são maioritariamente constituídos por cartas de garantias ou de suporte de empresas máe.

Em termos de avaliação de risco:

- A exposição coberta por colaterais não representa risco eminente para o banco;
- A carteira de retalho regulamentar tem, em termos de colateral, uma cobertura de 41%, composta maioritariamente por créditos garantidos por hipoteca (pequenas e médias empresas). O remanescente desta carteira, sem cobertura, é mitigado considerando-se os pressupostos de perda em conjunção com os indi-



cadores de mercado, através de revisões periódicas de parâmetros de concessão de crédito de modo a manter o risco da carteira a níveis aceitáveis.

- O total da exposição garantida por bens imóveis está integralmente coberto, sendo o grau de cobertura superior a 100% da exposição reportada à 30 de Junho de 2018.

No crédito vencido, 77% da exposição é coberta por hipoteca de imóveis, sendo que o remanescente não coberto (23%) representa um risco baixo, sobre o qual são aplicadas estratégias de recuperação e reestruturação.

A tabela abaixo resume o total da exposição bruta de crédito, pelos principais tipos de crédito a nível dos mitigantes tomados, à 30 de Junho de 2018:

(Valores em milhares de Meticais)			
Classe de Riscos no Método Padrão	Exposição Bruta	Garantias	
		Penhor de Depósitos	Outras Garantias
Caixa e Equivalentes de Caixa	1 065 490	-	-
Administrações Centrais e Banco Centrais	-	-	-
Governo de Moçambique e Banco de Moçambique	49 215 954	-	-
Empresas Públicas	3 868 283		2 514
Instituições de Crédito	13 539 487		
Empresas	14 736 647	256 724	12 190 575
Carteira de Retalho Regulamentar	2 773 143	110 482	1 014 332
Exposições Garantidas por Bens Imóveis	1 799 762	3 203	3 751 173
Créditos Vencidos	659 886	10 608	510 739
Outros Activos	4 028 424		
<b>Total das Posições em Risco Originais</b>	<b>91 687 075</b>	<b>381 018</b>	<b>17 469 334</b>
<b>Extrapatrimoniais</b>			
	<b>Exposição Bruta</b>		
Garantias e avales	12 602 858		
Crédito documentário	1 021 090		
Facilidades não Utilizadas	8 643 581		
<b>Total</b>	<b>22 267 529</b>		

**7.10.4 PRINCIPAIS TIPOS DE GARANTES E CONTRAPARTES DE DERIVADOS DE CRÉDITO E A SUA CAPACIDADE FINANCEIRA DE OBTER CRÉDITO**

O Standard Bank, no decurso das suas actividades, concede créditos com recurso a contragarantias de crédito, sendo a sua maior concentração na carteira Corporativa e de Investimentos, com uma exposição global de cerca de 38.5 biliões de Meticais (incluindo as contas extrapatrimoniais).

A redacção da garantia e ou carta de suporte determina se o apoio é implícito ou explícito, bem como qual o papel que as filiais desempenham para o grupo económico global. Ou seja, determina o nível de apoio financeiro fornecido pela empresa-mãe em base contínua, e o apoio que se pode esperar em caso de esforço financeiro.

Apesar da existência de garantia e ou carta de suporte, o Standard Bank considera como princípio primordial a determinação de solvabilidade de qualquer contraparte, o balanço da própria entidade local e a capacidade de geração de fluxos de caixa do negócio como primeira fonte para reembolso. A avaliação global do risco de crédito é feita, em primeiro lugar, para o desempenho financeiro da entidade local e, em segundo lugar, para a sua empresa-mãe, como recurso alternativo a fraca capacidade de gerar receitas suficientes para o reembolso da exposição bancária num cenário de esforço.

O recurso a carta de suporte e ou garantia empresarial só é considerado num cenário de incumprimento. Os critérios para determinação do risco de reembolso da empresa-mãe são semelhantes ao elaborado para as entidades locais onde são fornecidas informações financeiras e informações qualitativas para a determinação e classificação do rating e sua capacidade de reembolso:

- A condição primária para qualquer entidade ser aceite como garante é a sua capacidade financeira para acomodar qualquer pagamento futuro e as entidades do Standard Bank dentro do grupo desfrutam de um forte relacionamento com todas outras entidades onde tenham sido fornecidas garantias ou cartas de suporte, sendo a maioria dos grupos financeiramente fortes, respeitáveis e listados em diferentes mercados, bolsa de valores onde a quota e o preço por acção atinge as mais elevadas posições.

- As exposições cobertas por garantias e ou cartas de suporte beneficiam de apoio financeiro e técnico satisfatório de um conglomerado financeiramente forte e respeitável que demonstra o compromisso e a capacidade de continuar a apoiar as subsidiárias.

- A avaliação global da carteira de crédito coberta por este tipo de garantias é de baixo risco. As exposições são reavaliadas anualmente, sendo neste exercício revista a capacidade de reembolso e o desempenho financeiro da entidade local e de suporte, emitindo-se um parecer em cada revisão.

**7.10.5 MÉTODOS DE ACOMPANHAMENTO**

A execução do crédito, incluindo as operações, processos e procedimentos de crédito, é assegurada de forma independente pela função de Crédito, sob os auspícios do respectivo Director de Crédito e comissões seniores de governação de crédito.

Todos os tipos de garantias são tratados como um potencial factor de mitigação das probabilidades de incumprimentos, desde que a Departamento do Crédito esteja convencida do seu valor e do direito jurídico do banco em assumir o controlo e realizar tais garantias para anular a exposição.

As garantias detidas por terceiros e a subordinação estrutural ou preferencial não são levadas em consideração na determinação das probabilidades de incumprimentos, podendo ser considerados factores de mitigação para efeitos regulamentares, caso sejam reunidas as condições previstas pelos regulamentos aplicáveis.

O Standard Bank procura manter uma carteira de risco de crédito adequadamente diversificada e que evite concentrações de risco excessivas desnecessárias, onde o risco de concentração deve ter um preço atribuído ou ser mitigado.

Os riscos envolvidos na gestão do risco de crédito da contraparte e o risco de concentração decorrente de mecanismos tais como programas de titularização e derivados de crédito complexos são avaliados e mensurados.

Quando se verificar a violação dum limite de concentração ao nível duma unidade de negócio ou entidade jurídica, a mesma deverá ser aprovada por comissões específicas.

Seguem abaixo os índices de concentração de risco de crédito:

Quadro 1: Índice de Concentração Sectorial

(Valores em milhares de Meticais)				
Código	Sector de Actividade Económica	Montante da Exposição Sobre o Sector (X)	X^2	% Relativamente ao Montante da Exposição Total
1	Agricultura	555 267 142	308 321 599 311 345 000	1.44
2	Pecuária	31 684 208	1 003 889 063 835 680	0.08
3	Silvicultura e exploração florestal	756	572 035	0.00
4	Pescas	130 466 485	17 021 503 610 353 200	0.34
5	Indústrias extractivas	9 017 490 143	81 315 128 476 829 800 000	23.43
6	Indústria de transformação	4 077 394 054	16 625 142 274 634 700 000	10.59
7	Electricidade, gás e águas	995 866 481	991 750 048 764 066 000	2.59
8	Construção e obras públicas	2 335 062 728	5 452 517 941 796 870 000	6.07
9	Indústria de turismo	14 368 103	206 442 392 152 109	0.04
10	Comércio	2 304 703 485	5 311 658 155 804 820 000	5.99
11	Transportes e comunicações	7 785 715 715	60 617 369 196 940 600 000	20.23
12	Instituições financeiras não monetárias	1 602 824 414	2 569 046 103 140 670 000	4.16
13	Outros sectores	9 635 392 378	92 840 786 286 119 500 000	25.04
Total (ΣX e ΣX²)		38 486 236 095	266 049 951 918 409 000 000	100
(ΣX)²			1 481 190 368 723 320 000 000	
Índice de Concentração Sectorial			17.96%	
Nota: Nos outros sectores encontram-se maioritariamente População, Consumo e Diversos.				

Quadro 2: Índice de Concentração Individual

(Valores em milhares de Meticais)					
Contraparte	Montante de Exposição da Contraparte (X)	X²	Contraparte	Montante de Exposição da Contraparte (X)	X²
Cliente 1	2 257 166	5 094 798 751 752	Cliente 51	96 526	9 317 218 501
Cliente 2	2 110 343	4 453 547 837 432	Cliente 52	89 322	7 978 414 109
Cliente 3	2 098 345	4 403 053 157 716	Cliente 53	87 584	7 670 907 660
Cliente 4	2 012 453	4 049 966 715 863	Cliente 54	83 796	7 021 773 043
Cliente 5	1 966 926	3 868 799 139 483	Cliente 55	80 224	6 435 906 377
Cliente 6	1 683 810	2 835 216 113 642	Cliente 56	77 844	6 059 700 480
Cliente 7	1 364 907	1 862 970 224 247	Cliente 57	74 506	5 551 175 193
Cliente 8	1 339 536	1 794 357 495 133	Cliente 58	72 502	5 256 572 552
Cliente 9	1 197 332	1 433 603 496 070	Cliente 59	63 640	4 050 077 300
Cliente 10	918 449	843 548 389 259	Cliente 60	62 043	3 849 308 535
Cliente 11	851 489	725 033 198 647	Cliente 61	61 169	3 741 689 521
Cliente 12	816 858	667 257 300 365	Cliente 62	59 141	3 497 700 766
Cliente 13	734 178	539 018 024 681	Cliente 63	58 601	3 434 091 034
Cliente 14	664 432	441 470 054 446	Cliente 64	51 310	2 632 725 042
Cliente 15	660 218	435 888 268 950	Cliente 65	50 158	2 515 823 190
Cliente 16	619 961	384 351 215 117	Cliente 66	49 378	2 438 225 079
Cliente 17	602 200	362 644 840 000	Cliente 67	49 216	2 422 229 228
Cliente 18	598 578	358 295 529 903	Cliente 68	49 174	2 418 120 260
Cliente 19	476 271	226 833 852 967	Cliente 69	48 882	2 389 436 203
Cliente 20	420 468	176 793 749 969	Cliente 70	47 116	2 219 870 642
Cliente 21	398 022	158 421 262 025	Cliente 71	44 545	1 984 248 242
Cliente 22	389 701	151 866 521 833	Cliente 72	42 762	1 828 582 332
Cliente 23	385 796	148 838 723 636	Cliente 73	42 740	1 826 703 399
Cliente 24	334 076	111 606 918 451	Cliente 74	41 816	1 748 607 352
Cliente 25	326 787	106 789 591 315	Cliente 75	40 783	1 663 212 306
Cliente 26	322 537	104 030 416 554	Cliente 76	39 399	1 552 244 153
Cliente 27	300 097	90 058 221 227	Cliente 77	39 372	1 550 157 431
Cliente 28	296 600	87 971 560 000	Cliente 78	34 319	1 177 780 992
Cliente 29	276 206	76 289 632 353	Cliente 79	28 346	803 521 884
Cliente 30	255 076	65 063 765 776	Cliente 80	28 254	798 270 544
Cliente 31	254 327	64 682 286 928	Cliente 81	27 782	771 836 809
Cliente 32	242 561	58 836 056 745	Cliente 82	27 622	762 962 896
Cliente 33	226 221	51 176 137 785	Cliente 83	27 464	754 254 608
Cliente 34	220 626	48 675 619 312	Cliente 84	26 759	716 070 377
Cliente 35	210 643	44 370 440 888	Cliente 85	26 330	693 293 616
Cliente 36	185 648	34 465 228 017	Cliente 86	25 515	651 027 118
Cliente 37	180 952	32 743 586 672	Cliente 87	25 498	650 159 830
Cliente 38	165 047	27 240 505 053	Cliente 88	24 677	608 960 251
Cliente 39	164 369	27 017 011 380	Cliente 89	24 254	588 272 077
Cliente 40	163 563	26 752 698 067	Cliente 90	24 238	587 493 090
Cliente 41	163 470	26 722 373 704	Cliente 91	23 902	571 313 002
Cliente 42	162 016	26 249 274 052	Cliente 92	23 728	563 017 984
Cliente 43	161 612	26 118 336 350	Cliente 93	22 735	516 872 965
Cliente 44	136 436	18 614 782 096	Cliente 94	22 658	513 374 384
Cliente 45	131 843	17 382 576 649	Cliente 95	22 514	506 896 327
Cliente 46	129 041	16 651 511 333	Cliente 96	22 489	505 759 700
Cliente 47	125 566	15 766 882 536	Cliente 97	22 432	503 208 494
Cliente 48	108 556	11 784 440 111	Cliente 98	22 037	485 623 784
Cliente 49	101 634	10 329 372 310	Cliente 99	21 011	441 472 744
Cliente 50	96 574	9 326 441 667	Cliente 100	20 995	440 775 178
<b>Total 1 (ΣX e ΣX²)</b>	<b>30 009 522</b>	<b>36 653 289 530 464</b>	<b>Total 2 (DX e ΣX²)</b>	<b>2 179 110</b>	<b>117 666 938 587</b>
<b>Total Geral (ΣX e ΣX²)</b>				<b>32 188 633</b>	<b>36 770 956 469 051</b>
<b>Total de Exposição da Instituição</b>				<b>38 486 236 095</b>	
<b>Índice de Concentração Individual</b>				<b>2.97%</b>	

## 8. RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é assumido como o risco de perdas decorrentes de alterações no mercado, dos preços usados para a quantificação de valor, sobre as exposições abertas, sobre os instrumentos financeiros em moeda nacional e estrangeira.

Os produtos financeiros derivados em moeda externa estão expostos a variação de valor por efeito cambial, e as operações sobre títulos financeiros em moeda nacional expõem-se à variação de valor por efeito de alterações nas taxas de juros. Para ambos os casos, são estabelecidos mecanismos de cobertura e de mitigação de riscos.

**8.1 ESTRUTURA, FUNÇÃO E ÂMBITO DO RISCO DE MERCADO**

O risco de mercado está inserido na função de risco e nas suas atribuições actua com toda a independência, sendo que o seu âmbito cobre as actividades da sala de mercados e os seus relatórios de risco são em forma de modelos de processamento, maioritariamente automatizados, interligados aos sistemas operativos do banco.

**8.2 ESTRATÉGIAS DE GESTÃO**

A estratégia de gestão do risco de mercado consiste na fixação de limites de exposição, por carteira e por emissor de risco, adequando-a à conjuntura do mercado, bem como a fixação do nível de perdas máximas por cada carteira de negócio.

#### 8.2.1 LIMITES DE EXPOSIÇÃO

Este procedimento consiste na fixação de um limite de exposição, calculado em função do movimento máximo histórico no preço que lhe é específico, e das expectativas de vendas, tendo como referência a potencial perda assumida pelo banco, para o emissor e ou para a carteira de negócio.

#### 8.2.2 POTENCIAIS PERDAS MÁXIMAS POR DIA E POR CARTEIRA

Este procedimento, em paralelo com o acompanhamento diário do movimento nas taxas de juro e de câmbio, permite antecipar o risco de perdas e assegurar que quando ocorrem, não excedam os níveis de tolerância. Contudo, caso a quebra de limites se efective, imediatamente são activados os planos adicionais de controlo e de mitigação.

#### 8.2.3 AMPLITUDE NA VARIAÇÃO DOS PREÇOS

Este é um factor determinante na gestão do risco de perdas e revisão dos limites, pois, associado ao nível de exposição, determina o nível de ganhos e perdas cambiais e monetários.

### 8.3 POLÍTICAS DE COBERTURA, MITIGAÇÃO E MONITORIA DOS RISCOS

#### 8.3.1 COBERTURA / MITIGAÇÃO DOS RISCOS

Relativamente aos produtos de mercado cambial, aos quais se reconhece significativo risco devido à permanente variação do nível de exposição, associado à volatilidade da taxa de câmbio, e por vezes elevada materialidade, são de equacionar perdas potenciais significativas. Por este facto, os processos de controlo justificam elevado rigor e simultaneidade na sua implementação, conforme segue:

##### 8.3.1.1 Forward

É um contracto a termo entre duas entidades, para a compra e venda de uma quantidade de moeda, em data futura, sendo o preço fixado na data do contracto, independentemente do preço que vigorar na data de liquidação financeira. Este tipo de contracto representa risco cambial para ambos os contratantes.

Como forma de mitigação do risco cambial associado, os pares de moedas devem ocorrer na modalidade "back to back", princípio segundo o qual, para as posições compradas ou vendidas, são constituídas outras operações de natureza simétrica para a cobertura de perdas cambiais potenciais, ou ainda, dentro dos limites de PV01, para o efeito, estabelecidos no mandato de Limites e de Produtos. O propósito deste procedimento é assegurar que os riscos residuais, sejam compensados pelos ganhos e perdas da operação secundária, ou então, não excedam os níveis toleráveis.

##### 8.3.1.2 SWAP

É definido como sendo o acordo entre duas partes para troca de risco de uma posição activa (credora) ou passiva (devedora), em data futura, conforme critérios pré-estabelecidos. Para os swaps de moedas, os pares constituídos, devem ser integralmente combinados com empréstimos e depósitos, como reserva e rentabilização de fundos, enquanto não ocorre a liquidação financeira. Existem outros tipos de swaps, como o de taxa de juro e de índices.

##### 8.3.1.3 Carteiras de Exposição

Para as obrigações e Bilhetes do Tesouro, comprados com o propósito de revenda (agrupados na carteira de negociação), o Standard Bank, dispõe de uma política que estabelece prazos máximos de revenda. O objectivo principal desta política, é alertar sobre o risco de manutenção de títulos com significativas dificuldades de mercado, quer dizer, de difícil colocação no mercado secundário. Sendo identificado determinado risco de mercado de um produto, poderá ser recomendada a redução do limite de exposição e/ou a promoção da sua revenda, mesmo que seja em condições menos vantajosas.

De forma genérica, para todos os produtos da Sala de Mercados, são mensalmente mensurados os efeitos de oscilação de preços no mercado, os quais são reflectidos à exposição nesses produtos, agrupados em carteiras, para o ajustamento de provisões constituídas, cujo objectivo é antecipar as eventuais perdas por efeitos do risco de mercado, e igualmente mensurar em que medida afectam os níveis de tolerância, bem como a avaliação de adicionais procedimentos de mitigação.

É igualmente avaliada a pertinência de ajustamento das margens mediante as condições de liquidez no mercado, para o exercício do ponto anterior, que traduza o verdadeiro efeito de mercado, nas nossas posições abertas. Com este procedimento, espera-se que as provisões de perdas por variação de preços reflectam o verdadeiro efeito do risco de mercado.

Para o caso do mercado cambial, são fixadas as margens associadas a cada moeda estrangeira, as quais são periodicamente revistas, de modo que reflectam o risco mais próximo possível, tal que seja calculado o valor do movimento adverso das taxas de câmbio, para posterior ajustamento das provisões de perdas já criadas.

De forma genérica, para o sucesso deste procedimento, são paralelamente revisitos os limites de exposição, para atender às necessidades do negócio e mitigar o impacto de perdas, conforme a percepção efectiva do risco de mercado.

O PV01 do qual temos vindo a fazer referência, é uma medida de sensibilidade que se traduz no efeito quantitativo sobre uma posição representativa de um instrumento financeiro, se o preço que lhe está associado variar em um ponto base (0.01%).

#### 8.3.2 MONITORIA DOS RISCOS

Relativamente aos processos de monitoria, o Departamento do Risco de Mercado prepara e distribui, diariamente, um relatório que agrega a exposição em todas as carteiras de negócio e emissores individuais de risco. Neste relatório, são apresentados os resultados de gestão, os orçamentos e os limites, para a avaliação do desempenho, em termos de rendibilidade e de disciplina (operacionalidade dentro dos limites). Os desvios e as excepções são explicados no mesmo relatório.

As excepções intencionais poderão ocorrer mediante a solicitação fundamentada pela unidade de negócio de origem e sujeitas à aprovação competente, na condição de não comprometerem as responsabilidades prudenciais do banco e de haver a apresentação de um plano de reversão à situação normal.

O Departamento de Risco de Mercado identifica, por antecipação, os potenciais factores de risco emergentes e discute as modalidades de mitigação dos mesmos, em reunião para o efeito por si convocada. Para os casos de riscos residuais, estes são incluídos no relatório mensal que este departamento apresenta na Reunião do Comité de Gestão de Activos e Passivos (CGAP).

Mensalmente, por antecipação da reunião do Comité de Política Monetária, são avaliados os prováveis movimentos nas taxas de câmbio e de juro, os quais, em paralelo com o nível de exposição nas carteiras abertas de negócio, permitem a mensuração do seu impacto. O objectivo principal é verificar até que nível o ambiente do mercado poderá transmitir uma situação de turbulência nas carteiras de negócio do banco. Conforme seja a conclusão da análise aos resultados deste exercício, poderão ser emitidas sugestões mitigatórias e/ou revisão das estratégias do banco, conforme o que for decidido nos comités específicos.

## 9. RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como o risco de perdas em consequência da inadequação ou falha de processos, pessoas, sistemas ou acontecimentos externos. Abrange o risco da informação e o risco legal, mas exclui o risco de reputação, estratégico e de negócio.

#### 9.1 IDENTIFICAÇÃO DO RISCO OPERACIONAL

Dado que o risco operacional inclui um conjunto diversificado de riscos, é importante que exista uma compreensão clara e uniforme do significado desta definição no Banco. Para facilitar este processo, o risco operacional é classificado nas seguintes categorias de risco, que são por sua vez desenvolvidas em subcategorias mais detalhadas:

- Risco de processos inadequados;
- Risco de sistemas;
- Risco humano (pessoas); e
- Risco de acontecimentos externos.

Para cada uma destas categorias de risco, devem ser mantidas subcategorias de riscos a que possam ser atribuídos responsáveis pelo risco.

##### 9.1.1 RISCO DE PROCESSOS INADEQUADOS

É definido como o risco de perdas em consequência de processos que falharam ou são inadequados. Inclui a concepção e funcionamento do quadro de controlo. As causas deste tipo de risco podem incluir:

- Má concepção do processo ou mecanismo de controlo;
- Segregação inadequada de deveres ou afectação inadequada de responsabilidades;
- Utilização inadequada do processo ou mecanismo de controlo da forma requerida;
- Inexistência dum processo ou mecanismo exigido;
- Falha na detecção e comunicação de operações não autorizadas.

##### 9.1.2 RISCO DE SISTEMAS

É definido como o risco de perdas em consequência de sistemas que falharam ou inadequados, violações de segurança e investimentos, desenvolvimento, implementação, suporte e capacidade dos sistemas inadequados. As causas podem incluir:

- Má concepção/codificação duma aplicação;
- Testes inadequados;
- Ambiente informático deficiente (hardware e software operativo);
- Falha de fornecedores externos;
- Incumprimento dos procedimentos por parte dum operador;
- Procedimentos ou documentação operacional inadequados;
- Erro de um utilizador; e
- Falha de segurança do sistema.

Neste risco, dá-se particular ênfase ao risco de ataques cibernéticos, que por ser um dos riscos emergentes, o banco está atentamente a monitorar. Os ataques cibernéticos expõem o banco ao risco reputacional e à perdas financeiras que impactam negativamente na posição de liquidez e capital do banco.

Como forma de mitigação efectiva e adequada às ameaças ou riscos cibernéticos, o banco estabeleceu um fórum cibernético que se reúne pelo menos uma vez ao mês. O fórum é presidido pelo Director do Risco e tem membros das áreas de negócio, Tecnologias de Informação, Operações, Risco, Banca de Grandes Empresas e Investimentos, Banca de Particulares e Negócios e convidados do Marketing, Segurança Física, de entre outras partes interessadas. O fórum reporta ao Comissão de Gestão de Risco e à Comissão de Risco do Conselho de Administração.

##### 9.1.3 RISCO HUMANO (PESSOAS)

É definido como o risco de perdas decorrentes de questões relacionadas com o pessoal do Banco. As causas podem incluir:

- Não recrutamento/manutenção de pessoal com a qualidade ou em quantidade suficiente para atingir os objectivos comerciais;
- Dependência de pessoas chaves/falta de planeamento da sucessão;
- Motivação/moral do pessoal;
- Questões relacionadas com a integridade das pessoas ou a cultura da empresa;
- Actividades não autorizadas de empregados; e
- Incumprimento da legislação laboral (incluindo sobre saúde e segurança).

##### 9.1.4 RISCO DE ACONTECIMENTOS EXTERNOS

É definido como o risco de perdas em consequência de acontecimentos externos. Geralmente está limitado a acontecimentos que afectam as capacidades operacionais do banco, ou seja, não abrange acontecimentos que afectem as áreas de risco de mercado, risco de crédito ou risco do país. Inclui também riscos decorrentes de fornecedores, contratação externa e falha de sistemas externos. Os acontecimentos típicos relevantes para o risco operacional podem incluir:

- Desastres naturais que afectem as capacidades de funcionamento do banco;
- Actividades criminosas, incluindo terrorismo; e
- Falha das infra-estruturas do Banco.

Podem ser também considerados como riscos associados ao risco operacional, os que abaixo se seguem:

- **Risco de informação** é definido como o risco de utilização, modificação, divulgação ou destruição não autorizada dos recursos de informação, de forma accidental ou intencional, o que comprometeria a confidencialidade, integridade ou disponibilidade da informação.

- **Risco de Tecnologias de Informação (TI)** que representa qualquer risco relativo à utilização, propriedade, operação, envolvimento, influência e adopção de TI.

- **Risco de Alteração das Tecnologias de Informação** é o risco que resulta de mudanças, actualizações ou alterações realizadas à infraestrutura de TI e aos sistemas ou aplicações que operam com base na mesma, o que poderia afectar a fiabilidade do serviço e disponibilidade dos equipamentos ou do sistema.

- **Risco Legal** é definido como a exposição às consequências negativas (tal inclui o risco de perdas resultantes da exposição a impactos, tais como multas, sanções ou danos punitivos com base em acções de supervisão ou ao abrigo de sentenças ou acordos privados) de uma inconformidade com as responsabilidades legais ou estatutárias e/ou contratos elaborados de forma imprecisa e relativas à sua execução, bem como a ausência de acordos escritos ou de acordos inadequados. Tal inclui a exposição as novas leis, bem como alterações na interpretação das leis existentes. Isto aplica-se a todas as actividades do Banco. Também poderá incluir as actividades de terceiros que estejam a agir em nome do Banco.

- **Risco de Conformidade (Compliance)** é definido como o risco de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de perda reputacional que o Banco possa sofrer em resultado da sua incapacidade de cumprir as leis, regulamentos, códigos de conduta e normas de boas práticas aplicáveis às actividades relativas a serviços financeiros.

- **Risco de Crime Financeiro** é definido como o risco de perda económica, de impacto reputacional e de sanção regulamentar decorrente de qualquer tipo de crime financeiro contra o Banco. Crime financeiro é tudo o que seja considerado actos de fraude, suborno, corrupção, roubo, lavagem de dinheiro e má conduta de funcionários, clientes, fornecedores, parceiros de negócios, partes interessadas e terceiros.

#### 9.2 MÉTODOS DE IDENTIFICAÇÃO DO RISCO OPERACIONAL

A identificação do risco é o processo através do qual se analisa todas as actividades materiais, em todo o Banco, para ver como as mesmas poderão expô-lo ao risco operacional. Tal inclui olhar tanto para factores internos como externos.

A área de risco operacional desenvolve e mantém as ferramentas que poderão ser utilizadas para ajudar a identificar o risco operacional. Estas incluem:

- Processo de Identificação de Riscos e Controlos;
- Taxonomias comuns, incluindo um modelo de evento, um modelo causal e um modelo de efeito;
- Um conjunto comum de processos críticos à missão (MCP na sigla original em inglês);
- Um modelo estruturado que formará a base de auto-avaliação de riscos e controlos;
- O alinhamento dos dados de incidentes de risco operacional com os MCP; e
- Fontes de dados externos.

Cada unidade de negócio e função corporativa é responsável por assegurar que

identifica e documenta todos os riscos operacionais materiais, causas e controlos relativos às suas actividades de negócio materiais. A função de risco operacional deverá desafiar as unidades de negócio e funções corporativas no sentido de se certificar que seguiram um processo adequado para identificar todos os riscos.

#### 9.2.1 APETITE E ESTRATÉGIA DE RISCO OPERACIONAL

Um princípio fundamental na gestão do risco operacional é que não é um objectivo retirar toda a exposição ao risco operacional. Mas sim para gerir no contexto de controlo, dentro da apetência pelo risco, e até atingir um ponto em que o custo do controlo exceda o da potencial exposição ao risco, excepto se tal for especificado por requisitos regulamentares.

A apetência pelo risco operacional é a natureza e a quantidade de risco operacional que o Banco está disposto a aceitar na prossecução dos seus objectivos estratégicos e financeiros.

A tolerância ao risco operacional é uma avaliação do risco máximo que o Banco está disposto a sustentar por curtos períodos de tempo.

As matrizes de materialidade (escalonamento) hierárquico ao nível da unidade de negócio são alinhadas com o apetite definido ao nível do Banco.

#### 9.2.2 TOMADA DE DECISÕES RELATIVAS AO RISCO OPERACIONAL

Os resultados das avaliações de risco do risco operacional, tendências de indicadores e dados de incidentes são utilizados como contributo para influenciar o processo de tomada de decisão, no sentido de determinar a estratégia de mitigação de risco. Ao considerar o tratamento do risco a apresentar, a Gestão assegura que o custo de gerir o risco é compensado pelo benefício ou recompensa. Tal poderá ser através de qualquer uma ou da combinação dos seguintes aspectos:

- Aceitação de riscos: os riscos que o Banco está disposto a aceitar como parte do seu modelo de negócio e nos quais apostar capital, ou que irá incluir no seu desempenho comercial e/ou na tabela de preços. Está em vigor um enquadramento de aceitação de riscos que detalha o processo e contém um formulário de aceitação de riscos.
- Mitigação de riscos: os riscos para os quais deverão ser implementados ou aumentados os controlos, de forma a reduzir o impacto e/ou a probabilidade de o risco ocorrer.
- Transferência de riscos: os riscos que deverão ser segurados ou transferidos para um terceiro por força de um contrato.
- Prevenção de riscos: os riscos que deverão ser completamente evitados.

#### 9.3 MÉTODOS DE MENSURAÇÃO

As ferramentas que ajudam na identificação do risco operacional também são relevantes para o processo de avaliação e os processos de identificação e avaliação são executados em conjunto. A um nível mais elevado, são mantidos mapas de riscos para mostrar os principais riscos e mecanismos de controlo identificados relativamente a cada categoria de risco operacional.

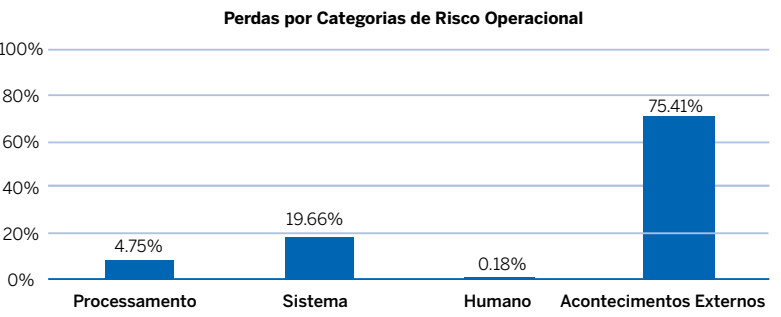
O Responsável do Risco Operacional facilita uma reavaliação regular pelos responsáveis apropriados pela exposição ao risco, eficácia dos controlos e nível de risco residual. É fornecida à Administração uma visão do perfil de risco cobrindo os principais riscos.

O impacto de um incidente é medido de forma uniforme por todas as unidades de negócio, com base na metodologia para medição de perdas que abrange os seguintes elementos principais:

Perdas brutas: perdas incorridas antes de mitigação ou recuperações;

Perdas líquidas: perdas incorridas depois de se ter em conta as recuperações de clientes, de seguros ou de outras fontes;

Impacto económico: medição das perdas para efeitos de comunicação do risco operacional baseiam-se no impacto económico das perdas. Quando o activo afectado não for contabilizado numa base de valor de mercado, tal pode levar a uma diferença de tratamento entre as perdas comunicadas numa perspectiva de risco operacional e as perdas comunicadas numa perspectiva contabilística.



### 9.4 MONITORIA AO RISCO OPERACIONAL

#### 9.4.1 INDICADORES

São desenvolvidos indicadores para monitorar o risco operacional. A implementação do processo de indicadores é um elemento indispensável para a avaliação e monitoria do ambiente de negócios e factores de controlo interno. Os mesmos dão origem a um alerta de que a exposição ao risco poderá tornar-se mais grave ou provável.

São identificados os tipos de indicadores para os riscos críticos ao nível das áreas de negócio. São igualmente desenvolvidos limiares para os indicadores relevantes, para ver se o desempenho real se encontra dentro do nível de tolerância.

Encontra-se em vigor, um processo de escalonamento para garantir que sejam tomadas medidas adequadas quando os limites/parâmetros sejam violados (quebrados), ou seja, quando a execução ultrapasse os limiares/parâmetros.

#### 9.4.2 GESTÃO DE INCIDENTES

Os incidentes de risco operacional são identificados, registados, geridos e reportados atempadamente.

Todos os colaboradores no seio das unidades de negócios e das funções corporativas são incentivados a reportar incidentes de risco operacional através dos canais devidamente divulgados para o efeito para posterior lançamento no sistema de gestão de incidentes de risco operacional.

A área de controlo de perdas deverá assegurar que estes incidentes sejam devidamente categorizados de acordo com as taxonomias padrão.

As unidades de negócios e das funções corporativas deverão garantir que é realizada uma análise da causa-raiz, para assegurar uma adequada avaliação do controlo de remediação, no contexto do apetite pelo risco, e prevenir incidentes recorrentes, através de acções adequadas para mitigar riscos inaceitáveis.

#### 9.4.3 TERCEIRIZAÇÃO (OUTSOURCING)

A Terceirização é definida dentro do Banco, como o recurso a um prestador de serviços ou um terceiro externo para desempenhar actividades em seu nome.

A Terceirização é uma prática aceite no grupo e em todo o sector de serviços financeiros. Mesmo que uma função possa ser terceirizada, é da responsabilidade do Banco gerir os riscos associados e assegurar que a execução sustentável de um serviço ou produto não é posta em risco.

Para além dos riscos originais associados com o desempenho empresarial dentro do Banco, são abordados os riscos oriundos de uma relação contratual com um terceiro e monitora a mesma durante toda a validade/duração do acordo.

#### 9.4.4 SEGUROS

Os requisitos de seguro deverão ser definidos de forma a garantir que existe uma



cobertura de seguro adequada para mitigar o risco operacional. Os seguros deverão complementar, e não substituir, os respectivos controlos internos.

Os responsáveis pelo risco consideram as apólices de seguro materiais quando avaliam o risco.

9.5 GESTÃO DE RESILIÊNCIA DE NEGÓCIOS (BR)

A Resiliência de Negócios é definida como “um processo de gestão holístico que identifica os potenciais impactos que ameaçam uma organização e apresenta uma estrutura para desenvolver resiliência, e a capacidade de gerar uma resposta eficaz que salvguarde os interesses das suas principais partes interessadas, a sua reputação, a sua marca e as suas actividades geradoras de valor”.

O Banco dispõe de planos de resiliência de negócios, para garantir que consiga continuar a operar e limitar as suas perdas, caso ocorram perturbações graves da sua actividade empresarial.

A função de risco operacional mantém uma metodologia e ferramentas para ajudar as unidades de negócios e das funções corporativas a garantir que existe resiliência adequada, bem como planos de gestão de crises e com o apoio destas são elaborados planos de resiliência de negócios e planos de gestão de crises que vão ao encontro da natureza, dimensão e complexidade das suas operações.

9.6 GESTÃO DE RISCO DA INFORMAÇÃO (IRM)

São incorporados controlos de risco da informação e de resiliência informática empresarial adequados, geridos no seio do Banco. O Banco assegura uma governação adequada e consistente da identificação, avaliação, monitoria, gestão e comunicação de risco da informação material, para apoiar as suas operações de negócio.

9.7 PRODUTOS, PROCESSOS E CANAIS NOVOS OU ALTERADOS (NAPPC)

Encontra-se em vigor um processo de aprovação para todos os produtos, processos e canais novos ou materialmente alterados, onde risco operacional materiais associados à introdução ou alteração são identificados.

9.8 GESTÃO DE CAPITAL

Os processos de planeamento de capital e de gestão de capital são integrados na abordagem geral à gestão dos riscos e à tomada de decisão no Banco, em conformidade com os requisitos regulamentares. O processo usado para determinar o capital económico do risco operacional é revisto regularmente com vista a garantir que os riscos sejam devidamente cobertos e que a cobertura de capital reflecta o perfil de risco operacional.

10. GESTÃO DO RISCO DA TAXA DE JURO DA CARTEIRA BANCÁRIA (RTJCB)

O risco da taxa de juro da carteira bancária (RTJCB) é a exposição da situação financeira do banco a movimentos adversos nas taxas de juro. Decorre principalmente do desfasamento de prazos entre os activos e os passivos do banco. Aceitar este risco (transformação das maturidades) é uma parte normal da actividade bancária e pode ser, para o banco, uma importante fonte de rentabilidade e valor para os accionistas. No entanto, um risco da taxa de juro excessivo pode constituir uma séria ameaça para os proveitos e para a base de capital do banco. As alterações das taxas de juro afectam os resultados do banco ao alterar a sua margem financeira (MF), o justo valor da carteira bancária.

A abordagem do Standard Bank à gestão do risco da taxa de juros rege-se pela prudência e é consentânea com as leis e regulamentos aplicáveis, com as melhores práticas internacionais e com a situação concorrencial em que o banco opera nos mercados financeiros.

Em termos gerais, o elemento com o maior contributo para o RTJCB é o risco da base insensível (endowment base), que se refere à exposição ao risco da taxa de juro decorrente de activos insensíveis à taxa de juro (tais como activos não remunerados) e/ou passivos insensíveis à taxa de juro (tais como passivos não remunerados) e do capital. Inclui activos e passivos parcialmente sensíveis, em que o activo ou o passivo pode ser modelado através de uma parte totalmente sensível e uma parte totalmente insensível (por exemplo, depósitos com as chamadas rendibilidades de “lazy rate”). Estas fontes de riscos podem influenciar o banco tanto de uma perspectiva de resultados, como de uma perspectiva de valor económico.

10.1 IDENTIFICAÇÃO DO RISCO DA TAXA DE JURO

As fontes mais importantes de risco da taxa de juro são as seguintes:

- **Risco de refixação de preço:** a fonte mais comum de risco da taxa de juro decorre de diferenças temporais entre o vencimento (para a taxa fixa) e a refixação de preços (para a taxa variável) dos activos, passivos e rubricas extrapatrimoniais do banco.
- **Risco da curva de rendibilidades:** os desfasamentos de refixação de preços também podem expor o banco a alterações da inclinação e forma da curva de rendibilidades.
- **Risco de opcionalidade:** outra fonte de risco da taxa de juro decorre das opções incorporadas em muitas carteiras de activos, passivos e rubricas extrapatrimoniais.
- **Risco de base insensível (Endowment risk):** refere à exposição ao risco da taxa de juro decorrente de activos insensíveis à taxa de juro (tais como activos não remunerados) e/ou passivos insensíveis à taxa de juro (tais como passivos não remunerados) e do capital. Em termos gerais, este é o elemento com o maior contributo para o RTJCB.
- **Risco de base:** Uma outra fonte importante de risco da taxa de juro decorre de correlações imperfeitas no ajustamento de taxas recebidas e pagas quanto a instrumentos diferentes, embora com características de refixação de preços semelhantes.

10.2 GOVERNAÇÃO E MENSURAÇÃO DO RISCO DA TAXA DE JURO

A equipa de gestão de tesouraria e capital é responsável por mensurar o impacto do risco da taxa de juro e pela sua monitorização e reporte ao CGAP no país e no grupo face à apetência pelo risco. O RTJCB é gerido de acordo com a Política de RTJCB do banco, que se rege pelas normas de risco de mercado.

O valor de referência para a sensibilidade à taxa de juro da carteira bancária é o impacto cumulativo de 12 meses de um choque de taxa de juro na margem financeira (MF) da forma prescrita pelo CGAP. Os choques paralelos de taxa de juro são calibrados em moeda nacional e moeda estrangeira, tendo em conta tanto os ambientes de taxa de juro vigentes como históricos em Moçambique.

A directriz imposta pelo CGAP é uma alteração máxima de 10% da margem financeira anual projectada quando o balanço for sujeito a um choque de taxa de juro específico do país para a moeda nacional (MN) e para moeda estrangeira (ME). A base para os choques de taxas de juros são 200 pontos bases (pbs) acima e 550 pbs para baixo para MN e 100 pbs (para cima e para abaixo), para moeda estrangeira.

Os quadros seguintes mostram o impacto cumulativo de 12 meses na margem financeira da carteira do banco em moeda nacional e em moeda estrangeira à 30 de Junho de 2018.

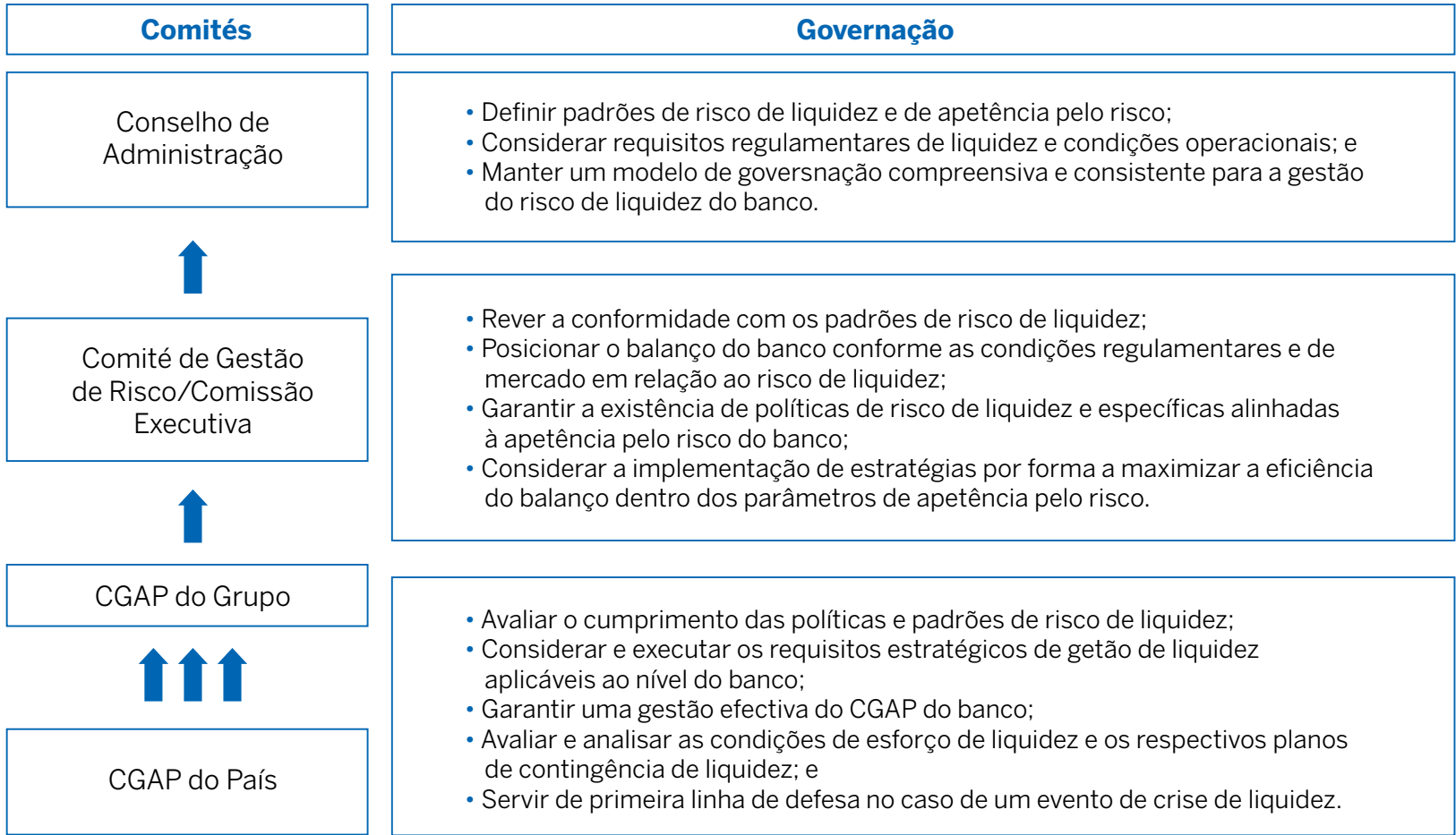
Choque Paralelo de Taxa de Juros	Impacto Cumulativo de 12 Meses de um Choque Paralelo de Taxa de Juros na MF (MZN Milhões)	Impacto na MF, % da MF Projectada a 12 meses (Directriz do CGAP – 10%)
+200pb	515	6.13%
-550pb	-1 425	-16.96%

Choque Paralelo de Taxa de Juros	Impacto Cumulativo de 12 Meses de um Choque Paralelo de Taxa de Juros na MF USD Milhões	Impacto na MF, % da MF Projectada a 12 Meses (Directriz da CGAP – 10%)
+100pb	2.70	20.82%
-100pb	-2.09	-16.08%

Enquanto a cobertura de risco de queda das taxas de juros reduziu o nível de sensibilidade da margem financeira, os montantes e as maturidades das coberturas (dados os instrumentos disponíveis) não cobre na totalidade a perda das margens num ambiente de queda severa das taxas de juros. As oportunidades de cobertura do risco de taxa de juros e a sua posição são monitoradas continuamente.

11. GESTÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como o risco que o banco, embora solvente em termos de balanço, não consiga manter ou gerar recursos de caixa suficientes para fazer face às suas obrigações de pagamento integralmente e nas respectivas datas de vencimento ou só o consiga fazer em condições claramente desvantajosas. Verifica-se uma incapacidade para manter ou gerar recursos de caixa suficientes quando contrapartes que disponibilizam fundos ao banco os retiram ou não os renovem ou quando se verificam perturbações generalizadas nos mercados de activos que transformem activos normalmente líquidos em activos ilíquidos.





11.2.1 GESTÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ AO NÍVEL TÁCTICO

11.2.1.1 Testes de Esforço de Liquidez

Para assegurar a resiliência durante horizontes temporais de curto prazo, o banco detém activos suficientes, não onerados, de elevada qualidade e muito líquidos. Estes activos têm de estar disponíveis com facilidade para poderem ser convertidos em liquidez em qualquer momento, para absorver as saídas líquidas de caixa estimadas de um cenário de esforço de liquidez modelado sistémico ou específico do banco e de um esforço combinado, cumprindo concomitantemente os requisitos de liquidez prudenciais e/ou regulamentares específicos.

Os testes de esforço e análise de cenários são baseados em eventos hipotéticos assim como eventos históricos. Estes são conduzidos com base no perfil das fontes de financiamento e posição de liquidez. O impacto da crise é tipicamente medida num período de 1 mês, uma vez que este é considerado o horizonte temporal mais crucial para eventos de liquidez. Este período é adaptado para ir de encontro com os diferentes requisitos regulamentares. A antecipação de eventos de fluxo de caixa tanto para itens do balanço patrimoniais assim como extrapatrimoniais, são objecto de testes de esforço e análise de cenários tanto específico como sistémico, de modo a avaliar o impacto de eventos improváveis, mas plausíveis na posição de liquidez. Os resultados são analisados em comparação com os excessos de liquidez e os planos de contingência de liquidez, para dar a segurança da capacidade do banco de manter liquidez suficiente em condições adversas. Adicionalmente, para tomar em consideração eventuais perturbações no mercado de swaps, excessos de liquidez são detidos para cada moeda materialmente relevante, conforme definido pelos padrões de risco de liquidez do grupo.

O banco detém uma carteira de instrumentos financeiros altamente líquidos e disponíveis para venda, acima dos limites prudenciais, regulamentares e dos requisitos de testes de esforço do banco, como forma de se precaver contra quebras inesperadas dos fluxos de caixa. Esta carteira é gerida pelo CGAP – os limites são definidos na base de diversificação de liquidez. O banco efectua os três cenários de esforço prescritos de acordo com a declaração de apetência pelo risco de liquidez, em que o esforço combinado corresponde ao cálculo do rácio de cobertura da liquidez (RCL) de Basileia III.

O impacto do evento de esforço específico do banco é considerado durante um horizonte temporal de 12 meses. A crise é formulada à volta de uma perda de confiança no banco, resultante num levantamento de depósitos motivado pelo pânico. A renovação de passivos fica parcialmente afectada, assumindo um aumento da taxa de desmobilização de depósitos. São definidas premissas razoáveis em termos de renovação do crédito que se vença. São incorporados requisitos de liquidez para rubricas extrapatrimoniais antes de serem modeladas medidas para contrabalançar eventuais défices de financiamento. O teste de esforço não assume nenhuma ajuda por parte das autoridades reguladoras nem do Grupo, para além das linhas contratualmente acordadas.

O cenário de esforço sistémico é formulado em torno de uma ruptura do mercado no curto-prazo, que gradualmente se torna um esforço sistémico de mercado no longo prazo. Todos os bancos no mercado são afectados pela crise. O período de esforço é também medido num horizonte temporal de 1 mês. A renovação de contratos de depósitos é parcialmente prejudicada, por uma contracção da confiança dos depositantes. Algumas suposições razoáveis são efectuadas em termos de renovação de empréstimos vencidos. Os requisitos de liquidez de itens extrapatrimoniais são incorporados antes que qualquer acção correctiva subsequente seja tomada para contrabalançar uma eventual escassez de liquidez. Os testes de esforço assumem que não haverá qualquer tipo de suporte tanto do regulador, como do grupo para colmatar qualquer situação de esforço, fora das linhas contratuais do balanço já existentes.

As seguintes suposições aplicam-se no cenário de esforço sistémico:

- Redução da estabilidade de depósitos de retalho com prazos indefinidos, levando a uma erosão da base de depósitos de retalho;
- Bancos com uma quota de mercado superior a 20% (ou, se a Comissão de Gestão de Activos e Passivos – CGAP - considerar o banco importante em termos sistémicos, com aceitação por parte da CGAP do Grupo) - as saídas de depósitos em caso de esforço devem ser consentâneas com a erosão dos desfasamentos em situação normal do negócio.
- Bancos com uma quota de mercado inferior a 20% - as premissas quanto à erosão devem basear-se na erosão do nível de confiança sob esforço de acordo com a Política e Métodos de Classificação Comportamental do banco.

O banco mensura a gestão da liquidez de curto prazo através de um rácio de cobertura da liquidez interna, que é calculado dividindo o montante disponível de liquidez contingente pelas saídas líquidas de caixa sob esforço, da forma determinada para os cenários de esforço de liquidez específicos do banco, sistémicos e combinados realizados pelo banco.

- **Limite de tolerância:** para o período da média móvel de 5 dias úteis, a medida do esforço interno deve ser ≥100% durante os 5 dias de esforço, mantendo o cumprimento das reservas obrigatórias.
- **Despoletador de apetência:** para o período da média móvel de 5 dias úteis a medida do esforço interno deve ser ≥105% durante os 5 dias de esforço, mantendo o cumprimento das reservas obrigatórias.

Abaixo a posição do rácio de cobertura de liquidez do banco à 30 de Junho de 2018:

Rácio de cobertura de liquidez	Jun-18	Limite mínimo
Moeda Nacional	312%	105%
Moeda Estrangeira	106%	105%

Para além dos testes de esforço da liquidez, o banco monitora limites de concentração, para depositantes isolados e para os 10 maiores depositantes, a diversificação das fontes de financiamento e a dependência do mercado interbancário e mantém níveis mínimos de activos líquidos superiores aos requisitos prudenciais, que têm de ser sempre 5% superiores aos passivos relacionados com financiamento do banco. Os pormenores dos princípios referidos acima estão contidos na Política de Risco de Liquidez.

11.2.2 GESTÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ AO NÍVEL ESTRATÉGICO

11.2.2.1 Rácio de Financiamento Estável Líquido (RFEL)

A fim de manter a resiliência estrutural ao longo de intervalos temporais com prazos mais longos, o SBM calcula, monitora e reporta o Rácio de Financiamento Estável Líquido (RFEL). O rácio é obtido dividindo-se o valor disponível de financiamento estável pelo valor exigido de financiamento estável.

O financiamento estável disponível (FED) é definido como o passivo total e fundo prórios perfilado contratualmente e de forma comportamental no intervalo temporal acima de seis meses, obtido a partir do desfasamento estrutural de liquidez, incluindo itens fora do balanço.

O financiamento estável exigido (FEE) é definido como os activos (incluindo posições fora do balanço) perfilado contratualmente e de forma comportamental no intervalo temporal acima de seis meses, obtido a partir do desfasamento estrutural de liquidez

- **Limite de tolerância:** O Banco terá de ter FED suficiente para atingir o FEE mínimo. Consequentemente, expresso em forma de rácio, o limite de tolerância do risco de liquidez a prazo é definido como FED/FEE = 100%.
- **Despoletador de apetência:** O Banco terá de ter uma capacidade excedente de FED que lhe permita atingir o FEE mínimo. Consequentemente, expresso em forma de rácio, o despoletador de apetência do risco de liquidez a prazo é definido como FED/FEE = 102,5%.

Abaixo a posição do rácio de financiamento estável do banco à 30 de Junho de 2018:

Rácio de financiamento estável líquido	Jun-18	Limite mínimo
Moeda Nacional	207%	102.5%
Moeda Estrangeira	189%	102.5%

11.2.2.2 Alertas de Apetência pelo Risco para o Desfasamento Estrutural dos Vencimentos

A abordagem ao desfasamento (mismatch) mede a liquidez do banco avaliando o desfasamento entre as suas entradas e saídas de fundos dentro de diferentes bandas temporais numa grelha de prazos. O desfasamento estrutural da liquidez baseia-se em fluxos de caixa ajustados pelos comportamentos, que incorporam uma probabilidade de vencimento nas diferentes bandas temporais. As premissas detalhadas e a lógica aplicada na compilação do desfasamento estrutural da liquidez estão contidas no documento sobre métodos de classificação comportamental do risco de liquidez.

1 - Resultados do desfasamento estrutural (MN - moeda nacional)

Desfasamento Estrutural em Moeda Nacional (MZN) - Junho de 2018									
Intervalos Temporais	Classificação Comportamental dos Activos (A)	Classificação Comportamental dos Passivos (B)	SWAPS extrapatrimonial (C)	Desfasamento do Período (A+B+C)	Desfasamento Acumulado	% de base de financiamento (D)	Directriz (E)		Capacidade
0 à 7 diàs	22 371 348	2 103 238	211 488	20 479 598	20 479 598	56%	0%	Alerta de Apetência pelo Risco	20 479 598
8 à 31 diàs	4 310 289	2 863 464	835	1 447 660	21 927 259	60%	-5%	Alerta de Apetência pelo Risco	23 754 746
1 à 2 meses	3 280 719	2 244 445	2 622	1 038 896	22 966 155	63%	-10%	Alerta de Apetência pelo Risco	26 621 131
2 à 3 meses	2 253 520	1 603 250	23 672	673 942	23 640 097	65%	-10%	Alerta de Apetência pelo Risco	27 295 072
3 à 6 meses	4 167 550	3 797 168	124 995	495 377	24 135 474	66%	-15%	Alerta de Apetência pelo Risco	29 617 937
6 à 12 meses	4 093 016	3 885 055	1 091 468	1 299 429	25 434 903	70%	-20%	Alerta de Apetência pelo Risco	32 744 854
Acima de 12 meses	15 343 506	23 439 316	1 085 119	-7 010 692	18 424 211	50%	-20%	Alerta de Apetência pelo Risco	25 734 162
Não Contractual	2 754 107	18 638 120	0	-15 884 013	2 540 198	7%	-20%	Alerta de Apetência pelo Risco	9 850 149
Base de Financiamento			36 549 754						
Rácio de Financiamento Estável Líquido (RFEL)			207%						

2 - Resultados do desfasamento estrutural (ME - moeda estrangeira)

Desfasamentos em Moeda Estrangeira (USD) - Junho de 2018									
Intervalos Temporais	Classificação Comportamental dos Activos (A)	Classificação Comportamental dos Passivos (B)	SWAPS extrapatrimonial (C)	Desfasamento do Período (A+B+C)	Desfasamento Acumulado	% de base de financiamento (D)	Directriz (E)		Capacidade
0 à 7 diàs	172 448	35 052	-3 515	133 880	133 880	25%	0%	Alerta de Apetência pelo Risco	133 880
8 à 31 diàs	46 417	44 360	0	2 057	135 938	26%	-5%	Alerta de Apetência pelo Risco	162 469
1 à 2 meses	62 565	35 632	0	26 933	162 870	31%	-10%	Alerta de Apetência pelo Risco	215 933
2 à 3 meses	35 568	26 624	0	8 943	171 813	32%	-10%	Alerta de Apetência pelo Risco	224 876
3 à 6 meses	37 896	54 290	0	-16 394	155 420	29%	-15%	Alerta de Apetência pelo Risco	235 014
6 à 12 meses	38 705	79 908	0	-41 202	114 217	22%	-20%	Alerta de Apetência pelo Risco	220 343
Acima de 12 meses	138 426	256 698	0	-118 272	-4 055	-1%	-20%	Alerta de Apetência pelo Risco	102 071
Não Contractual	1 485	945	0	540	-3 515	-1%	-20%	Alerta de Apetência pelo Risco	102 611
Base de Financiamento			531						
Rácio de Financiamento Estável Líquido (RFEL)			189%						

O desfasamento estrutural de liquidez é actualmente um item despoletador do alerta de apetência pelo risco no respectivo intervalo de maturidade, com o CGAP e a equipe de gestão de tesouraria e capital garantindo que para cada moeda materialmente relevante o defluxos de caixa esperados acumulados e agregados menos os influxos de caixa não excedam, no mínimo, 20% das fontes de fundos do banco num período de um ano (medido como percentagem das fontes de fundos do banco).

Para além do cumprimento do desfasamento estrutural, o banco monitora o rácio de conversão (RC) em MN e ME e o rácio de financiamento de longo prazo (RFLP). O RFLP é definido como o total de passivos relacionados com financiamento com um prazo remanescente até ao vencimento superior a seis meses, em percentagem do total de passivos perante relacionados com financiamento. A posição do rácio de financiamento de longo prazo do banco à 30 de Junho de 2018 situou-se em 4.04%. Os pormenores dos princípios referidos acima estão contidos na Política de Risco de Liquidez.

11.3 PLANO DE CONTINGÊNCIA DE LIQUIDEZ

Planos de contingência são desenhados para proteger os interesses das partes relacionadas e manter a confiança do mercado em caso de crise de liquidez. Os planos incorporam um processo de avisos prévios suportados por uma estratégia de resposta à crise.

As estratégias de gestão da crise são formuladas para a relevante estrutura de gestão da crise e trata da comunicação interna e externa e processo de escalonamento, acções da gestão para captação de liquidez e operacionalização e requisitos de informação adicional para lidar com a crise. A actualização do plano de contingência de liquidez, considera as estimativas orçamentais, mas continua a ser um aspecto de foco para a equipe de gestão de activos e passivos.

O banco tem um plano formal de gestão de liquidez que define claramente as estratégias para lidar com défices de liquidez em situações de emergência. A análise do risco de liquidez é futura e antecipa potenciais pressões sobre a liquidez baseada em um leque de indicadores de liquidez de referência e indicadores de

Devido aos fluxos de caixa esperados divergirem significativamente da posição contratual, a classificação comportamental é aplicada aos activos, passivos e rubricas extrapatrimoniais com um vencimento ou um período de saque indeterminado, bem como a certos activos líquidos.

Este processo é usado para identificar fontes suplementares significativas de liquidez estrutural sob a forma de activos líquidos e depósitos, tais como contas à ordem e contas correntes que, embora sejam reembolsáveis à vista ou com um pré-aviso curto, apresentam um comportamento estável.

O desfasamento líquido é obtido subtraindo os passivos e as posições extrapatrimoniais líquidos aos activos de cada banda temporal. A posição de liquidez do banco é avaliada através da posição de desfasamento acumulado líquido (soma da posição líquida em cada banda temporal sucessiva), expressa em percentagem do total de passivos perante o público relacionado com financiamento. O desfasamento estrutural é medido numa base mensal.

Abaixo a posição do desfasamento estrutural de liquidez do banco à 30 de Junho de 2018:

(Valores em milhares de Meticais)									
Intervalos Temporais	Classificação Comportamental dos Activos (A)	Classificação Comportamental dos Passivos (B)	SWAPS extrapatrimonial (C)	Desfasamento do Período (A+B+C)	Desfasamento Acumulado	% de base de financiamento (D)	Directriz (E)		Capacidade
0 à 7 diàs	172 448	35 052	-3 515	133 880	133 880	25%	0%	Alerta de Apetência pelo Risco	133 880
8 à 31 diàs	46 417	44 360	0	2 057	135 938	26%	-5%	Alerta de Apetência pelo Risco	162 469
1 à 2 meses	62 565	35 632	0	26 933	162 870	31%	-10%	Alerta de Apetência pelo Risco	215 933
2 à 3 meses	35 568	26 624	0	8 943	171 813	32%	-10%	Alerta de Apetência pelo Risco	224 876
3 à 6 meses	37 896	54 290	0	-16 394	155 420	29%	-15%	Alerta de Apetência pelo Risco	235 014
6 à 12 meses	38 705	79 908	0	-41 202	114 217	22%	-20%	Alerta de Apetência pelo Risco	220 343
Acima de 12 meses	138 426	256 698	0	-118 272	-4 055	-1%	-20%	Alerta de Apetência pelo Risco	102 071
Não Contractual	1 485	945	0	540	-3 515	-1%	-20%	Alerta de Apetência pelo Risco	102 611
Base de Financiamento			531						
Rácio de Financiamento Estável Líquido (RFEL)			189%						

alerta antecipado. Uma detecção antecipada, preparação proactiva e resposta atempada podem evitar, minimizar ou reduzir a duração da potencial crise. A adequidade e efectividade do plano de contingência de liquidez é avaliado e revisto pelo CGAP pelo menos numa base anual e formalmente aprovado pelo CA.

Os planos de contingência são seguidos de acordo com os testes de esforço de liquidez e são desenhados para mitigar os riscos identificados nos testes de esforço. Os planos de contingência são desenhados para, na medida do possível, protegerem os interesses das partes interessadas e manter a confiança do mercado, de modo a garantir um desfecho positivo em caso de crise de liquidez.

11.3.1 SISTEMA DE INDICADORES DE ALERTA ANTECIPADO (SIAA) E SEUS DESENCADEADORES

O banco adoptou um sistema de indicadores de alerta antecipado (SIAA), que é uma extensão do sistema de indicadores de alerta antecipado de liquidez (SIAAL) desenvolvido internamente. Este sistema permite a monitoria da evolução e tendência de diversos indicadores que apresentam um comportamento pouco usual em períodos que precedem um evento de stress financeiro severo. Quando um indicador excede um certo limite este é interpretado como um sinal de alerta de que um evento de stress financeiro severo pode ocorrer em determinado intervalo temporal.

O objectivo ao monitorar indicadores de alerta antecipado é de permitir que acções adequadas sejam tomadas antes do evento de stress financeiro severo para restaurar o normal andamento do negócio o mais rápido possível e permitir que o banco se afaste do stress severo ainda na sua fase primária.

Estas medidas advêm das acções de mitigação do risco do negócio no seu curso normal, acções da gestão para recursos financeiros centrais, suporte aos modelos proactivos de negócio das subsidiárias, revisões e gestão activa de ameaças à reputação do banco.

Os indicadores de alerta antecipado foram calibrados para garantir que as respostas sejam apropriadas para o nível de banco, evitando assim reacções excessivas



desnecessárias ou publicidade negativa que possam agravar o problema. Um reporte contínuo, bem como a comunicação para as principais partes interessadas, como reguladores e membros do Conselho de Administração estão incluídos.

O modelo do SIAA e respectivos desencadeadores e processo de escalonamento fazem parte do plano de contingência de liquidez do banco.

Os indicadores incorporados no SIAA do banco são os apresentados abaixo:

<b>Indicadores de Capital</b> <b>Capital Regulamentar</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Visão de Capital dos últimos 6 meses</li></ul> <b>Rácio de Cobertura do Capital Económico</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Visão de Capital Económico dos últimos 6 meses</li></ul>	<b>Indicadores de Resultados</b> <b>Indicadores de Rendibilidade</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Retorno sobre o activo ponderado dos Resultados stressados*</li><li>• Perdas de risco operacional (perdas de 12 meses e POB)</li><li>• Rácio de Custo Sobre Proveitos</li></ul> <b>Indicadores de Qualidade do Activo</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Rácio de Custo Sobre Proveitos</li><li>• Rácio de Crédito Vencido</li></ul>	<b>Indicadores de do Mercado e Macroeconómicos</b> <b>Estabilidade Financeira do País</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Défice fiscal</li><li>• Rácio da dívida sobre o PIB</li><li>• Instabilidade política doméstica</li><li>• Visão sobre o rating do país</li><li>• Variações do PIB</li><li>• Marcado cambial</li></ul> <b>Confiança no Sector Bancário</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Risco doméstico: dificuldade financeiras em outro(s) banco(s)</li><li>• Movimentos semanais adversos no mercado: queda no preço das acções dos bancos locais relativamente ao preço das outras cotações bolsistas</li></ul> <b>Cobertura do Serviço da Dívida</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Capacidade de serviço da dívida doméstica</li><li>• Capacidade de serviço da dívida corporativa</li></ul> <b>Indicadores de Commodities</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Impacto líquido do commodities no país</li></ul> <b>Indicadores de Commodities</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Mudanças inesperadas na regulamentação bancária</li></ul>
<b>Indicadores de Liquidez</b> <b>Métricas Primárias de Risco de Liquidez</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• RCL (cenários internos de stress de liquidez)<sup>1</sup></li><li>• Basileia III RCL<sup>1</sup> ou Rácio de Liquidez Regulamentar</li><li>• Medidas internas de longo prazo (desfasamento estrutural)<sup>1</sup></li><li>• Basileia III: RFEL<sup>1*</sup></li><li>• Excesso sobre 3 meses de concentração de depósitos: 1 depositante e os 10 maiores</li></ul> <b>Métricas Secundárias de Risco de Liquidez</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Fontes de financiamento de sector específico (ou outras) e sua diversificação</li><li>• Confiança no interbancário ou no Banco Central para ajustar as posições diárias</li><li>• Défice do mercado no geral</li><li>• Spreads pagos para fundos corporativos</li><li>• Taxas overnight ponderados dos 20 maiores clientes corporativos relativamente a taxa base overnight do país</li><li>• Fundos de longo prazo não renováveis</li><li>• Saída massiva de depósitos</li><li>• Desvios ao plano de financiamento</li><li>• Eminente redução de caixa</li><li>• Fundos de financiamento de longo prazo</li><li>• Rácio de conversão</li><li>• Dependência sobre fundos intra-grupo</li><li>• Risco de liquidação</li><li>• Interrupção do sistema de pagamento</li></ul>	<b>Indicadores de Risco Operacional/ Conduta de Mercado</b> <b>Indicadores Autónomos</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Indicadores de risco operacional súbito e de rápido movimento</li><li>• Imprensa</li></ul> <b>Risco Operacional</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Prolongada falta/Intermitente corrente eléctrica</li><li>• Ataque cibernético ao banco ou a infraestrutura bancária</li><li>• Indisponibilidade de conectividade de telecomunicações impactando a rede do banco</li><li>• Quebra significativas repetidas ou perda de dados de clientes</li><li>• Interrupção significativa de sistemas que afecta a prestação de serviço ao cliente</li><li>• Robusta implementação de sistemas ou mudanças resultando em prolongada indisponibilidade de sistemas transaccionais</li><li>• Consultorias inapropriadas ou inadequadas</li></ul> <b>Market Conduct</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Consultorias inapropriadas ou inadequadas</li><li>• Quebra de privacidade de dados*</li><li>• Abuso de mercado</li><li>• Conflitos de interesse</li><li>• Quebra potencial dos requisitos de CBC/CFT</li></ul> <b>Outros Eventos de Risco de Compliance</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Outros riscos de compliance ou eventos de fraude</li></ul>	<b>Geral</b> <b>Eventos de Impacto Material</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Eventos de impacto material</li></ul>

® \* Aplicável para a Agregação de Dados de Risco e Relatórios de Risco (ADRRR).

**11.3.2 RÁCIO DE LIQUIDEZ (RL)**  
O BM introduziu em 2017 um novo rácio regulamentar para gestão de liquidez – o rácio de liquidez (RL), cujo mínimo estabelecido é de 25%. Este rácio é calculado numa base consolidada em moeda nacional, dividindo os activos líquidos pelos passivos de curto prazo (até 12 meses). O banco tem consistentemente estado em cumprimento com o RL e bastante acima do mínimo regulamentar. À 30 de Junho de 2018 o rácio de liquidez reportado foi de 71.17%.

**11.3.3 MEDIDAS DE MITIGAÇÃO**  
As potenciais medidas da gestão em antecipação a situações de banco adverso são caracterizadas como sendo de curto, médio ou longo prazo. As medidas de curto prazo consideradas pela gestão do banco são resumidas no plano de contingência e incluem:

- Angariação agressiva de depósitos;
- Venda forçada de activos líquidos;
- Utilização de financiamento interbancário disponível;
- Financiamento assegurado (facilidades recebidas);
- Reembolso / mobilização de crédito e depósitos.

12. RISCO DE NEGÓCIO

**12.1 DEFINIÇÃO**  
O risco de negócio é o risco de perdas, normalmente decorrentes de estruturas de custos inflexíveis ou de ineficiências, devido a condições operacionais adversas causadas por pressões induzidas pelo mercado, tais como uma redução da procura, um aumento da concorrência ou aumentos de custos, e por causas específicas do Standard Bank, tais como escolha da estratégia (risco estratégico), danos para a reputação ou a decisões de absorver custos ou perdas para preservar a reputação (risco reputacional).

**12.2 RISCO ESTRATÉGICO**  
O risco estratégico é um tipo de risco residual que não pode ser integralmente eliminado. É gerido em todo o banco no contexto do exercício da actividade normal, como se segue:

- A gestão monitoriza constantemente a rentabilidade das linhas de produtos e segmentos de clientes face ao orçamento. Como parte dos processos do orçamento e de revisão orçamental há uma forte ênfase em concretizar o crescimento dos resultados, contendo ao mesmo tempo o crescimento dos custos, com barreiras positivas, ou seja, assegurando que o crescimento dos custos não exceda o crescimento dos proveitos.

- É mantido um controlo rígido sobre a base de custos do banco, incluindo a gestão do seu rácio custos/proveitos. Isto permite uma intervenção atempada e medidas por parte da gestão para reduzir custos, se necessário. O banco também tem sempre como objectivo aumentar o rácio custos variáveis/custos fixos, ganhando assim uma maior flexibilidade estratégica para reduzir os custos de uma forma activa e dinâmica durante condições económicas de baixa.

- Um dever de diligência rigoroso é aplicado durante o processo de avaliação de investimentos (em especial para as novas aquisições).

- As áreas de negócio de produtos realizam reuniões de comissões de propostas de novos produtos, quando necessário, em que os riscos e os mecanismos de controlo de mitigação para os novos produtos e serviços são apresentados e debatidos.

- A gestão mantém-se atenta e reactiva às alterações das forças do mercado (explorando alterações potencialmente favoráveis e gerindo o risco de queda devido a alterações desfavoráveis).

- A gestão das partes interessadas é executada para assegurar resultados favoráveis de factores externos fora do controlo do banco.

**12.3 RISCO REPUTACIONAL**  
O risco reputacional é gerido de uma forma activa e dinâmica para reduzir a probabilidade de ocorrência de eventos indesejáveis e depende principalmente dos processos de identificação e avaliação de riscos.

- Cada Unidade de Negócio tem de desenvolver processos que assegurem que as áreas de potencial risco para a reputação sejam identificadas relativamente às operações ou serviços que facilitam por conta de clientes.

- A gestão das partes interessadas é praticada para garantir resultados positivos que advêm de factores externos fora do controlo do banco.

O Standard Bank reconhece que actividades e eventos externos relacionados com o banco desempenham um papel importante na forma como são percebidos pelas partes interessadas. O banco tem políticas e procedimentos de comunicação formal, tais como políticas de redes sociais e política de guia de marca/estilo, que permitem ao banco gerir a marca/construção da reputação, representação do banco perante a imprensa e um planeamento prévio de como os incidentes que podem potencialmente impactar a reputação do banco devem ser geridos.

Estas políticas e procedimentos descrevem o papel, responsabilidades e processos para a gestão pré e pós ocorrência de um evento de risco reputacional. Para garantir que acções proactivas são levadas a cabo na gestão do risco reputacional, o banco monitora toda a informação publicada, seja ela verdadeira ou falsa em blogs, fóruns de opinião, redes sociais ou artigos, para responder adequadamente em linha com as políticas e procedimentos definidos.

Para atingir este propósito, o banco desenvolveu e colocou em prática o seguinte:

- Ferramentas de monitoria e recursos humanos que detectam todas as publicidades negativas ou ilegítimas sobre o Standard Bank em publicações impressas ou online e responde se necessário;

- Parceiros de monitoria da media para auxiliar no rastreio de eventual menção do nome do Standard Bank; e

- Uma equipa de gestão de crise que compreende colaboradores do banco e parceiros da media que se reúnem e monitoram menções online ao Standard Bank e coordenam qualquer resposta ou sequência de respostas que podem ser necessárias para lidar com qualquer questão reputacional.

- Adicionalmente, a unidade de Compliance do banco leva a cabo monitorias de conformidade para garantir uma estrita aderência aos regulamentos, políticas, procedimentos e práticas documentadas desenvolvidas pelo banco para garantir a continuidade das operações e ao mesmo tempo preservar a marca e reputação do banco.

13. APETÊNCIA PELO RISCO

**13.1 DECLARAÇÃO DE APETÊNCIA PELO RISCO (DAR)**  
O Standard Bank define a sua apetência pelo risco para assegurar que alcance os seus objectivos estratégicos sem assumir níveis de risco que sejam demasiado elevados, considerando os interesses de todas as suas partes interessadas. Esta reflecte a capacidade para suportar perdas e continuar a cumprir as suas obrigações à medida que estas se vençam, tanto em condições normais, como em condições de esforço. A declaração de apetência pelo risco (DAR) é composta por quatro dimensões:

- Capital regulamentar;
- Resultados sob esforço;
- Liquidez;
- Risco inaceitável;
- Capital económico.

Cada dimensão da DAR tem dois níveis de fasquia definidos:



# Pague água através do Business Online ou NetPlus e ganhe mais tempo para o seu negócio



Já pode pagar a sua factura de água da AdeM\* usando o Business Online ou NetPlus do Standard Bank. Efectue o pagamento no conforto do seu lar ou do seu escritório. Esteja onde estiver, pague com o seu smartphone, tablet ou computador e ganhe mais tempo para o seu negócio.

**Aceda ao Business Online ou Netplus (Internet Banking).  
Seleccione a opção "Facturação EBPP em Mocambique" ou "Transferências e Pagamentos" respectivamente e siga em frente.**

\*Serviço disponível em Maputo, Matola e Boane.

Standard Bank Seguindo em Frente



